GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ
CONCIDADES-CE

RELATÓRIO 2017

FORTALEZA
FEVEREIRO 2018

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PRESIDÊNCIA

Jesualdo Pereira Farias
PRESIDENTE

Germano Rocha Fonteles
VICE PRESIDENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

Francisco das Chagas Lopes da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO

Isaura Maria Garcia
e
Rosele Maria Lima
EQUIPE TÉCNICA

FORTALEZA
FEVEREIRO 2018

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

SUMÁRIO

1. Apresentação..... 04

2. Atuação 2017..... 06

3. Anexos 08

- Ata 28ª Reunião Ordinária – 17 de fevereiro de 2017..... 08
- Ata 29ª Reunião Ordinária – 23 de junho de 2017..... 22
- Ata 30ª Reunião Ordinária – 11 de agosto de 2017..... 27
- Ata 31ª Reunião Ordinária – 17 de novembro de 2017..... 33
- Resolução Recomendada Nº 07..... 39
- Resolução Recomendada Nº 08..... 40
- Resolução Recomendada Nº 09..... 41

1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual das Cidades do Ceará – ConCidades/CE, criado pela Lei Nº 14.558, de 21 de dezembro de 2009, constitui importante instrumento de gestão democrática da Política de Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional, do Estado do Ceará.

Na sua composição, o ConCidades/CE conta com vinte e nove entidades membros titulares e suas respectivas suplentes, sendo treze pertencentes ao Poder Público e dezesseis à Sociedade Civil.

A Gestão atual encontra-se assim representada:

Poder Público

Federal:

- Caixa Econômica Federal;
- Superintendência do Patrimônio da União no Ceará;

Estadual:

- Secretaria das Cidades;
- Secretaria de Infraestrutura;
- Secretaria do Planejamento e Gestão;
- Secretaria do Turismo;
- Secretaria do Meio Ambiente;
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico;
- Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará;
- Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;

Municipal:

- Prefeitura Municipal de Fortaleza;
- Associação dos Municípios do Estado do Ceará;
- União dos Vereadores e Câmaras do Ceará.

Sociedade Civil

- Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá;
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas;
- Federação das Associações de Itapajé;
- Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza;
- Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará;
- Conselho Comunitário de Defesa Social;
- Federação Sobralense de Associações Comunitárias, Entidades Não Governamentais e de Assistência Social;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará;
- Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará;
- Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Ceará;
- Sindicato da Indústria Salineira do Estado do Ceará;
- Universidade Federal do Ceará;
- Universidade Regional do Cariri,
- Associação dos Geógrafos Brasileiros;
- Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos;
- Associação Beneficente de Guaiúba.

Ressalte-se que, como forma de ampliar a participação da Sociedade Civil nas decisões do ConCidades/CE, para cada uma de suas dezesseis entidades titulares, outra entidade, diversa da titular, exerce a respectiva suplência.

No exercício de 2017, o ConCidades/CE reuniu-se ordinariamente por quatro vezes, nos dias 17 de fevereiro, 23 de junho, 11 de agosto e 17 de novembro, respectivamente.

Dentre os temas debatidos nos encontros, destacamos “Situação Hídrica do Ceará”, apresentado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH; “Impacto Ambiental da Energia Eólica da Região de Itapipoca até Acaraú”, apresentado pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; “A Crise Hídrica e a Questão da Estiagem no Estado do Ceará: Redimensionamento do Semiárido Cearense - Uma

reflexão", apresentado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME; "Impactos das usinas eólicas nos territórios das comunidades tradicionais e indígenas", apresentado pela Universidade Federal do Ceará – UFC; "Situação dos Investimentos e Recursos Disponíveis na Secretaria das Cidades para os próximos dois anos – apresentado pela própria Secretaria; "Saneamento no Complexo Penitenciário do Riachão, de Itaitinga/CE", apresentado pela conselheira Anatalice Cavalcante, de Itaitinga; e "Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado", com foco nas três regiões metropolitanas do Estado, apresentado pela Secretaria das Cidades.

2. ATUAÇÃO 2017

Da atuação do Conselho no exercício de 2017, além dos ricos debates e importantes encaminhamentos propiciados a partir da apresentação dos temas retromencionados, todos relacionados direta ou indiretamente à Política Urbana, destacamos:

- ✓ Demanda, com status de prioridade, feita à Secretaria das Cidades na 28ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE para adotar providências no sentido da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUI) para as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri;
- ✓ Mobilização de municípios para a criação de seus Conselhos Municipais das Cidades, mediante envio dos Ofícios Circulares CONCIDADES de Nºs 0002 e 0003, de 05/05/2017 e 26/12/2017, respectivamente;
- ✓ Visita ao município de Icapuí para suporte ao processo de criação e fortalecimento de seu Conselho da Cidade;
- ✓ Atualização do Plano de Ação de três, dos quatro Comitês Técnicos do Conselho;
- ✓ Aprovação da Resolução Recomendada Nº 07, publicada no DOE Nº 235, de 18 de dezembro de 2017, anexada ao presente relatório, recomendando à Secretaria das Cidades solicitar ao Ministério das Cidades avaliar a possibilidade de lançar nova etapa, a terceira, do Projeto Sub-50, pertinente ao Programa de Produção Habitacional do governo do Estado do Ceará, destinado a cidades com menos de 50 mil habitantes;
- ✓ Aprovação da Resolução Recomendada Nº 08, publicada no DOE Nº 231, de 12 de dezembro de 2017anexada ao presente relatório, recomendando à Secretaria das

Cidades pactuar com as Prefeituras beneficiadas por projetos habitacionais a continuidade do trabalho técnico social no período posterior à entrega do empreendimento;

- ✓ Aprovação da Resolução Recomendada Nº 09, publicada no DOE Nº 232, de 13 de dezembro de 2017, anexada ao presente relatório, recomendando à Secretaria das Cidades que a comprovada existência e funcionamento de Conselho Municipal das Cidades constituam pré-requisito para a participação de municípios em projetos especiais da Secretaria das Cidades.

As atas das quatro reuniões realizadas no ano de 2017 encontram-se a seguir anexadas. Relativamente à ata da 31ª Reunião Ordinária, encontra-se sem assinatura por tratar-se de minuta a ser submetida à apreciação e subsequente aprovação do Plenário do Conselho, na sua primeira reunião deste exercício de 2018. As Resoluções Recomendadas de Nº 07, publicada no DOE Nº 237; de Nº 08, publicada no DOE Nº 231, e a de Nº 09, publicada no DOE Nº 232, também seguem anexadas ao presente relatório. Quanto aos Planos de Ação dos Comitês Técnicos, devidamente atualizados, podem ser facilmente visualizados no site da Secretaria das Cidades (http://www.cidades.ce.gov.br), na guia *ConCidades/Comitês Técnicos*.

Fortaleza-Ce, 28 de fevereiro de 2018.

3. ANEXOS

Governo do
Estado do Ceará
Secretaria das Cidades

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar do Ed. Seplag, Cambeba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao décimo-sétimo dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezessete, às 09:00h, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades-CE, Sr. Germano Rocha Fonteles. PAUTA: 1) Abertura; Aprovação da Pauta da 28ª Reunião; Aprovação da Ata da 27ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE; e Informes; 2) Reunião Ordinária dos Comitês Técnicos de Saneamento Ambiental e Saúde (CSAS), de Transporte e Mobilidade Urbana (CTMU), de Planejamento de Desenvolvimento Urbano Territorial e Integração Regional (CPDUTIR); e de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social (CDHIS); 3) Apresentação dos Comitês; 4) Proposta calendário de reuniões ConCidades 2017; 5) Sugestão de pauta para a próxima reunião. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e Organizações Não Governamentais, além de convidados, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. A reunião foi aberta pelo Sr. **Germano Rocha Fonteles** (Vice-Presidente do ConCidades-CE) que, inicialmente, solicitou aos participantes que se apresentassem. Em seguida, apresentou-se a todos, participando-lhes as desculpas do Professor Jesualdo Farias (Secretário das Cidades e Presidente do ConCidades-CE) por não ter podido participar daquela reunião, em razão de haver sido convocado pelo governador Camilo Santana para acompanhá-lo em viagem à região do Cariri. Ressaltou, ainda, o desejo do Secretário em participar dos próximos encontros, por reconhecer a importância daquele conselho. Na sequência, solicitou fosse dado seguimento à reunião, colocando-se à disposição para qualquer dúvida. O Secretário Executivo do ConCidades, **Francisco Lopes**, deu prosseguimento à reunião submetendo à aprovação dos conselheiros(as) a pauta do encontro. Consideradas as sugestões feitas pelo Plenário, todos os pontos de Pauta foram aprovados, promovendo-se apenas a inversão na ordem de suas apresentações, colocando-se as reuniões dos Comitês e respectivas apresentações para acontecerem somente após da apreciação do calendário de reuniões. Em seguida a Ata da 27ª Reunião Ordinária do ConCidades-Ce foi submetida à avaliação do Plenário, que a aprovou por unanimidade, recomendando, tão somente, a realização de pequeno ajuste na formatação do documento. Finalizando o primeiro tópico da pauta, Francisco Lopes informou os presentes sobre os encaminhamentos dados às deliberações geradas nas últimas reuniões dos Comitês Técnicos e do próprio Conselho. Sobre as demandas originadas no CSAS: – realizar a próxima reunião do Comitê em período integral (manhã e tarde), se possível com a participação da Cagece; – realizar visita a Itaitinga para tratar sobre destinação dos resíduos dos Presídios; e – realizar visita ao bairro Dias Macedo/R. Primeiro de Maio, para verificação do esgotamento sanitário; a Sexec/ConCidades enviou e-mail ao coordenador da COSAN, Alceu Galvão e aguardava posicionamento sobre aquelas demandas. Sobre a demanda pertinente ao Programa Água para Todos, a Sexec/ConCidades enviou o ofício nº 0029/2016, de 28/12/2016, à Secretaria do Desenvolvimento Agrário/Programa Água para Todos, solicitando um balanço dos projetos contemplados com recursos do Programa, em especial os executados que ainda estivessem sem a água, no que foi prontamente atendida, mediante o envio, pela SDA, de uma planilha com as informações solicitadas, a qual foi repassada aos conselheiros, por e-mail, para conhecimento. Sobre a demanda originada no CTMU, a respeito dos Planos de Mobilidade Urbana (PMU) municipais, a Sexec/ConCidades solicitou, via e-mail, à Unidade de Gerência-UGP II, que colhesse junto aos Prefeitos dos Municípios que elaboram aqueles Planos quais medidas haviam sido tomadas em relação à formação dos grupos locais de acompanhamento,

ao que a UGP II respondeu, tendo em vista a mudança de gestão nos municípios, que estava realizando visitas a cada prefeitura visando atualizar contatos, formar equipe local de acompanhamento, atualizar o estágio atual dos trabalhos e estabelecer programação de trabalhos para conclusão dos planos de mobilidade urbana 2017. No caso de Aracati, a reunião já havia acontecido e aquele município se comprometera a encaminhar o Decreto Municipal instituindo a equipe de acompanhamento. Quanto à consequente participação de conselheiros naquele trabalho, no nível municipal, Francisco Lopes informou que já havia sido elaborada a Resolução Administrativa nº 8, do ConCidades-Ce, indicando a conselheira Ana Valéria de Oliveira (Faceds/Aracati) e José da Silva Sousa (Fesec/Sobral) para integrarem os grupos de acompanhamento locais, dos PMUs de Aracati e Sobral, respectivamente, a qual aguardava publicação no DOE. Sobre outra demanda originada no mesmo Comitê, relacionada à participação dos conselheiros Firmiana Fonseca e Cícero Ricardo Pereira no acompanhamento do processo de planejamento e elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Cariri, a Sexec/ConCidades, através da CI nº0001/2017, de 02/01/2017, apresentou ambos à Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP I) para acompanharem o andamento daquele Plano, tendo a UGP I respondido que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) não seria executado através do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central e que aquela coordenadoria havia elaborado termo de referência para iniciar o processo licitatório com vistas à elaboração do PDUI para a Região do Cariri, acrescentando, contudo, que o projeto não fora incluído na carteira, uma vez que não haveria tempo hábil para sua execução, em razão de o prazo de execução ter sido 30 de novembro de 2016, conforme Acordo de Empréstimo BIRD 76540-BR. Quanto à deliberação do Plenário de formar uma comissão de conselheiros(as) para ir ao governador tratar da 6ª Conferência Estadual das Cidades e da manutenção do ConCidades, foi elaborado e enviado ao Governador Camilo Santana o Of. Coord. Executiva ConCidades Nº 01/2017, de 10/01/2017, solicitando audiência com o mesmo para tratar daqueles temas. Foi, ainda, reforçada junto aos conselheiros(as) a prática de formalizarem suas demandas através de ofício dirigido à Sexec/ConCidades, para subseqüente encaminhamento ao Comitê ou órgão pertinente, conforme o assunto tratado na demanda. Por fim, Francisco Lopes informou que a Coordenação Executiva do ConCidades/CE, reunida em 10/01/2017, deliberara pelo envio de ofício à Secretaria Executiva do CONCIDADES NACIONAL solicitando informação sobre realização da 6ª Conferência das Cidades e orientações sobre eleição da nova Gestão do Conselho Estadual. Nesse sentido, fora elaborado e enviado à Secretaria Executiva Nacional do CONCIDADES o Of. Sexec/ConCidades-CE Nº0001/2017, de 30/01/2017, o qual encontrava-se, até aquele momento, sem resposta. Concluídos os informes da Secretaria Executiva do ConCidades, **Carolina Rocha** (Coordenadora da UGP II-Vale do Jaguaribe a Vale do Acaraú) pediu a palavra para informar que em dezembro de 2016 havia sido criada a Região Metropolitana de Sobral-RMS e que a UGP II iria trabalhar o desenvolvimento integrado das áreas urbanas da RMS, uma vez que o programa ainda dispunha de recurso em caixa. Em seguida, o conselheiro **Ricardo Pinho** (CCDS-Juazeiro), relativamente à região do Cariri e reportando-se às várias obras já iniciadas e em andamento naquela região, todas de extrema importância, pediu para registrar em ata a sua preocupação quanto à continuidade e/ou conclusão das mesmas, de vez que o "link de tramitação" outrora existente no site da SCidades, que lhes possibilitava acompanhar o desenvolvimento das várias etapas daqueles projetos, até a sua conclusão, havia sido retirado do site. Nesse sentido, solicitava o apoio do Secretário Adjunto Germano Fonteles para aquela questão, haja vista a necessidade de serem obtidas informações atualizadas, particularmente quanto ao estágio em que se encontrava o projeto da estrada que liga Juazeiro do Norte a Missão Velha, até sua ligação com o entroncamento da rodovia 293; à continuação da estrada que liga Juazeiro do Norte ao São Gonçalo; e, por fim, quanto ao anel viário, neste caso, se havia previsão de uma terceira ou quarta etapa. O Secretário **Germano**, em atenção ao problema exposto, disse ao conselheiro que consultaria os

setores competentes para melhor poder responder àquelas indagações. Em seguida, o conselheiro **Cyro Regis** (Seinfra), aproveitando as intervenções anteriores e a presença do Secretário Germano, usou da palavra para ressaltar a importância do Plano Regional do Estado, o qual assumia enorme importância na agenda do Governo do Estado, e reforçar a necessidade de sua elaboração, destacando como prioritárias as Regiões Metropolitanas do Cariri e de Fortaleza, devido aos inúmeros problemas que eclodem dia após dia em cada uma dessas regiões, como a questão da mobilidade e transporte, no caso do Cariri, e os problemas de locomoção, acesso e mobilidade do enorme contingente de pessoas que trabalham no Pecém e toda sua área de influência, a partir da operacionalização da usina siderúrgica local. Assim, solicitava ao Secretário que os PDUI para cada uma daquelas duas regiões metropolitanas fossem colocados na agenda da Secretaria das Cidades com status de prioridade. Usou da palavra em seguida a Sra. **Lana Aguiar** (Coordenadora dos Projetos Maranguapinho e Dendê, da SCidades) para dizer que no âmbito da RMF, além do PDUI, carecia promover a retomada de todo o processo de discussão, com a adesão dos prefeitos, a ativação do Conselho da RMF e do Fundo de Desenvolvimento da RMF. Após essas participações, Francisco Lopes avançou para o próximo ponto de pauta, no caso, a apreciação da proposta do Calendário de Reuniões do ConCidades-CE para 2017. Após debaterem sobre o tema, os conselheiros(as) aprovaram por unanimidade o seguinte Calendário de Reuniões para 2017: 17 de Fevereiro; 07 de Abril; 09 de Junho; 11 de Agosto; 06 de Outubro e 08 de Dezembro. Aprovado o calendário, o conselheiro **José Sousa** (Fesec/Sobral) interveio para manifestar sua preocupação com a indefinição, até aquele momento, sobre a realização ou não da 6ª Conferência Estadual das Cidades. Neste sentido, solicitou ao Secretário que levasse o assunto ao governador Camilo Santana, dizendo-lhe do interesse do ConCidades-CE em executar a 6ª Conferência Estadual e indagando-lhe sobre a viabilidade de apoiar ou não sua realização. Complementando o assunto, **Francisco Lopes** aproveitou para esclarecer que foi feito um MAPP Proposta para aquele fim, mas que até então não havia sido aprovado. Indagado pela conselheira Anatalice Cavalcante sobre se havia sido feito um MAPP para garantir a manutenção do ConCidades-CE, Francisco Lopes respondeu que acabara de entregar ao Secretário Executivo da Cidades, **Ronaldo Borges**, o plano de atividades para o funcionamento do Conselho durante 2017, juntamente com a cópia do MAPP Proposta que houvera sido feito anteriormente para aquele fim e que se encontrava no aguardo do posicionamento daquele Secretário sobre o tema. Dando sequência à pauta, avançou-se para as reuniões dos Comitês Técnicos. Considerando a presença de novos representantes de alguns órgãos/entidades na reunião do Conselho, antes de serem iniciadas as reuniões dos Comitês foi redefinido o quadro de participantes de cada Comitê, quadro, este, que constitui o Anexo 01 desta ata. Nesse meio tempo o Dep **Sergio Aguiar** (Assembléia Legislativa do Ceará) aproveitou para informar que esteve impedido de participar das reuniões do Conselho, por algum tempo, em razão de haver ocupado a mesa diretora da ALEC, mas uma vez liberado daquela função, estava reassumindo o ConCidades como conselheiro titular. Antes, ainda, de interromper a reunião do Conselho, os conselheiros resolveram apresentar sugestões de temas para constituírem pontos de pauta na próxima reunião do ConCidades. O conselheiro **Alexandre Neto** (SDE), após expressar grande preocupação com os problemas vivenciados na RMF e em Sobral e região de influência, que sofrem de macrocefalia e onde o desequilíbrio é mais expressivo, criando obstáculos ao seu desenvolvimento, diferentemente da região do Cariri, particularmente no perímetro Crajubar e Missão Velha, onde a distribuição de pessoas é mais equitativa, sugeriu o seguinte ponto de pauta "*Região Metropolitana de Fortaleza e regiões de influencia (Sobral e Crajubar)*". Em seguida, o conselheiro **Sérgio Aguiar** (ALEC), considerando o fato de somente 150 dos 184 municípios cearenses fazerem parte do semiárido e o recente estudo da FUNCEME, que revela o impacto dos últimos 5 anos de seca no Estado, possibilitando que alguns desses 34 municípios venham a ser incluídos entre os integrantes do semiárido, sugeriu que a "*Apresentação do novo Estudo da FUNCEME, com destaque para os*

municípios integrantes do semiárido", a ser feita pelo Sr. Eduardo, da Funceme, constituísse o segundo ponto de pauta sugerido. Na sequência, o conselheiro **José Lino** (Defensoria do Estado) referiu-se à questão da energia eólica e aos impactos que ela vem causando na região que vai de Itapipoca até Acaraú, afetando sobremaneira a população local, prejudicando, inclusive, sua subsistência. Neste sentido, propôs como ponto de pauta para o próximo encontro o debate sobre "*O impacto da Energia Eólica na região de Itapipoca a Acaraú*". A Secretaria Executiva do ConCidades interveio para lembrar aos conselheiro(a)s que as reuniões do Conselho vinham acontecendo somente na parte da manhã e que talvez não fosse possível tratar de todos os temas propostos num mesmo encontro. Em seguida, os conselheiro(a)s manifestaram sua insatisfação com essa prática, adotada nos últimos tempos sob a alegação de falta de recursos, a qual limitava e prejudicava a atuação daquele Colegiado. Desta feita, solicitaram o retorno das reuniões em tempo integral, ou seja, compreendendo os períodos da manhã e da tarde. O Secretário Adjunto, **Germano Fonteles**, comprometeu-se em conversar com o Secretário Jesualdo sobre o assunto. Em seguida, a conselheira **Ana Valéria** (Faceds/Aracati), num aparte, referindo-se à região do Vale do Jaguaribe que passou recentemente por uma situação hídrica muito difícil, com a secagem do Rio Jaguaribe, desde o Quixeré até Itaiçaba, após mencionar vários prejuízos causados à plantação, aos animais e à população, em grandes áreas de terra, voltou a exortar os conselheiro(a)s a refletirem sobre qual tipo de desenvolvimento queriam para suas regiões e seu povo. A conselheira **Luzanira Lima** (Fosmut/Tauá) aproveitou a oportunidade para colocar também um grave problema que estava acontecendo no açude Arneiroz 2, que embora apresentasse volume de água precário, vinha sendo utilizado de forma desregrada e irresponsável por inúmeros carros pipa, sem o nível de fiscalização esperado. Neste sentido, colocava o problema na expectativa de obter a ajuda do Conselho para resolver aquela questão. A Sexec/ConCidades pediu à conselheira Luzanira que, formalizasse aquela demanda à Secretaria Executiva do ConCidades, através da entidade que representava . Por fim, pediu a palavra o conselheiro **Nicolas Fabre** (Aprece) que, a partir do problema recém colocado, informou a todos da existência do Comitê Integrado de Combate à Seca do Estado do Ceará (CICS/CE), que se reúne todas as segundas-feiras no Corpo de Bombeiros, em reuniões abertas, e que acompanha todas as ações emergenciais de combate à seca. Acrescentou que toda sexta-feira, no gabinete do Governador, acontece outra reunião mais fechada, técnica, da qual participam representantes dos órgãos do estado ligados à questão hídrica e na qual é traçado um plano que permite a priorização de ações, seja de adutora, de carro pipa, de poço profundo ou de projetos como o de abastecimento simplificado. Assim, além de esclarecer que as preocupações colocadas pela conselheira Luzanira já vinham sendo debatidas, achou oportuno sugerir fosse convidado o Sr. **Geane Lima**, da COGERH, para fazer uma "*Apresentação sobre Ações Emergenciais contra a Seca*" em próxima reunião do ConCidades. Lembrou que entre os compromissos de campanha do atual governo, além do Ceará Pacífico, já em execução, há um eixo chamado Pacto para um Ceará Sustentável que prevê a integração dos Conselhos de Recursos Hídricos, o ConCidades, o Conselho de Desenvolvimento Rural. Neste sentido, sugeriu fosse o gabinete do governador provocado para avançar nesse Pacto. O conselheiro aproveitou para também colocar uma preocupação relacionada à questão do "fracking", técnica usada para a extração de gás de xisto, com efeitos muito piores que o uso de agrotóxicos, e que vinha sendo testada na região do Aracati, em áreas onde estavam localizadas as maiores reservas hídricas do Ceará. Ressaltou, ainda, que os leilões de áreas para exploração do gás eram feitos em Brasília, sem exigência de licença ambiental e sem a anuência do município, informações, estas, que contribuíram para maior atenção dos conselheiros com essa questão, nos seus municípios de atuação. Em seguida, a reunião do ConCidades foi interrompida para a realização das reuniões dos Comitês Técnicos de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social(CDHIS); de Saneamento Ambiental e Saúde(CSAS); e de Transporte e Mobilidade Urbana(CTMU). Findas as reuniões dos Comitês,

foi retomada a reunião do ConCidades para apresentação dos resultados das reuniões dos Comitês. Os assuntos tratados e os encaminhamentos a eles dados nas reuniões de cada um dos três Comitês Técnicos constam de suas respectivas atas/sínteses, as quais constituem os Anexos 02, 03 e 04 deste documento. Relativamente ao Comitê de Saneamento, o Coordenador Alceu Galvão, complementarmente ao registrado na síntese da reunião, seu coordenador, Alceu Galvão, adiantou as datas de realização de alguns eventos para os quais os conselheiro(a)s estavam convidados a participar: - Reunião em Tianguá, no dia 09/03, e em Juazeiro do Norte, no dia 17/02, nas quais será discutida a questão do Saneamento Rural; - Assembleia Geral dos Prefeitos do Consórcio de Sobral, no dia 22/03; - Reunião em Aracati, no dia 24/03, para apresentação do Sistema de Informações; e – Audiências Públicas em 06(seis) municípios do Vale do Acaraú, na semana de 27 a 31/03. Relativamente à reunião do dia 13/03, esclareceu que aconteceria independentemente de disponibilização de recursos por parte da SCidades e que teria lugar naquela mesma sala de reuniões. Feitas todas essas colocações e nada mais havendo a tratar, a 28ª Reunião Ordinária do ConCidades foi dada por encerrada, dela resultando as seguintes **deliberações e encaminhamentos** aprovados pelo Plenário: **1** – Secretário Adjunto, Germano Fonteles: **1.a)** consultar os setores competentes da SCidades para fornecer ao conselheiro Ricardo Pinho (CCDS/Cariri) informações atualizadas sobre o estágio dos projetos relacionados à malha viária, particularmente dos trechos Juazeiro do Norte/Missão Velha, até ligação com entroncamento da Rod. 293; Juazeiro/São Gonçalo; e previsão de execução de 4ª e/ou 5ª etapas do anel viário; **1.b)** inserir na agenda da SCidades, com status de prioridade, os PDUIs para as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri; **1.c)** levar ao governador Camilo Santana a preocupação e o interesse expresso do ConCidades/CE em realizar a 6ª Conferência Estadual das Cidades, indagando-o sobre a viabilidade ou não de apoiar sua realização; **1.d)** conversar com o Secretário Jesualdo sobre a viabilidade de as reuniões do ConCidades voltarem a se dar nos períodos da manhã e da tarde; **2** – Conselheira Luzanira (Fosmut): formalizar, via Fosmut, a demanda sobre o Açude Arneiroz 2 e encaminhá-la à Sexec/ConCidades; **3** – Comitês Técnicos: **3.a)** Waldemar Pereira (CDHIS) – realizar reunião do Comitê no dia 13/03/2017, para reavaliar as propostas constantes de seu Plano de Ação, 2015/2016, promovendo os devidos ajustes para adequá-lo a 2017, com base na política de Habitação do Estado; **3.b)** Alceu Galvão (CSAS) – realizar reunião do Comitê no dia 13/03/2017, para situar os integrantes do Comitê sobre o panorama do Estado e convidar a Cagece a participar; disponibilizar aos integrantes do Comitê a agenda de visitas/oficinas etc., nos municípios; **4.** – Conselheira Anatalice (Cedeca/Itaitinga): enviar à Sexec/ConCidades o relatório elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sobre resíduos na área do complexo penitenciário de Itaitinga, acompanhado dos Referenciais do que já foi protocolado sobre o tema, anteriormente; **5** – Secretaria Executiva do ConCidades: **5.a)** publicar no site da SCidades, espaço ConCidades, o calendário de reuniões aprovado pelo Plenário; **5.b)** apoiar a coordenação do Comitê de Saneamento na mobilização para participação da AGACE e de Secretários municipais na sua reunião do dia 13/03; **5.c)** informar conselheira Ana Valéria (Faceds) sobre visita da SCidades e Cagece a Aracati, no dia 24/03, para acompanhá-los na visita. **6.** Pontos de Pauta para a próxima reunião: 1. *Região Metropolitana de Fortaleza e regiões de influencia (Sobral e Crajubar)*; 2. *Apresentação do novo Estudo da FUNCEME, com destaque para municípios integrantes do semiárido* (Sr. Eduardo/Funceme); 3. *O impacto da Energia Eólica na região de Itapipoca a Acaraú*; e 4. *Apresentação sobre Ações Emergenciais contra a Seca* (Geane Lima/Cogerh).

Jesualdo Pereira Farias
Secretário das Cidades do Ceará
Presidente do ConCidades/CE

Governo do Estado do Ceará
Secretaria das Cidades

ANEXO I – Composição dos Comitês Técnicos

	Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social	Saneamento Ambiental e Saúde	Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional	Transporte e Mobilidade Urbana
	Coord: Waldemar Pereira	Coord: Alceu Galvão	Coord: Rodolfo Sanford	Coord: Cyro Régis Castelo Vieira
1	**Adaias de Souza Bezerra** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitaria, Massas Alimentícias e Biscoitos do Município de Maracanaú - SINDIPAN	**Anatalice da Silva Cavalcante** - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Cedeca/ Itaitinga-CE	**Antônio Sérgio Porto** - Sindicato de Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Ceará - SECOVI	**Ana Valéria Oliveira de Moraes** - Fundação de Arte Cultura Educação e Difusão Social
2	**Glaydson dos Santos Santana** - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB	**Arnaldo Araújo Lima** - Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	**Romeu Duarte Junior** - Universidade Federal do Ceará - UFC	Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira Associação dos Geográfos do Brasil - AGB
3	**Cláudio Germano Diego de Siqueira Cruz Ângela Maria da Costa Pinto** - Superintendência do Patrimônio da União - SPU	Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará - FECOMP (sem representante indicado)	**Cicero Ricardo Pereira Pinho** - Conselho Comunitário de Defesa Social - CCDS	**Cyro Régis Castelo Vieira / Maria Amélia Souza Menezes** - Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA
4	**Antônio Moura Câmara** - Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL	Associação dos Agentes do Meio Ambiente de Pacatuba (sem representante indicado)	**Djalma Magalhães Carneiro** - Sindicato da Indústria Salineira do Estado do Ceará - SINDSAL	**Firmiana Santos Fonseca Siebra** - Universidade Regional do Cariri - URCA
5	**Clausens Roberto de Almeida Duarte** - Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON	**José da Silva Sousa (Zezinho)** - Federação Sobralense de Associações Comunitárias, Entidades Não Governamentais e de Assiteência Social - FESEC	**Irisletiery Lima de Sousa Fernandes** - Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE	**Francisco Jacinto Araújo Silva** - Associação Comunitária Beneficente do Jaçanaú e Adjacências - ACOBEJA
6	**Josivan Rocha Josino / Marcelo Rodrigues da Silva** - Caixa Econômica Federal - CAIXA	**Rafael Fernandes Ferreira** - Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - FETAMCE	**José Augusto Goes Mota / Luis Nilson Moreira Freitas** - União dos Vereadores do Ceará - UVC	

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

	Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social	Saneamento Ambiental e Saúde	Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional	Transporte e Mobilidade Urbana
	Coord: Waldemar Pereira	Coord: Alceu Galvão	Coord: Rodolfo Sanford	Coord: Cyro Régis Castelo Vieira
7	**José Airton Etelvino Silva** - Federação das Associações de Itapajé - FAITA	**Leonardo Pinheiro** - Federação das Entidades Comunitárias de Solonópole - FECS	**José Lino Fonteles da Silveira** - Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará	
8	**Olinda Maria Marques dos Santos** - Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF	**Fernando Faria Bezerra / Juarinda Barreira** - Secretaria do Meio Ambiente - SEMA	**Arialdo Fernando Faria Bezerra / Maria do Socorro Araújo Câmara** - Secretaria do Turismo - SETUR	
9	**Pedro Nascimento Magalhães** - Associação Beneficente de Guaiúba - ASBEG	**Vinícius Noronha da Costa** - Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará	**Mário Fracalossi Junior** - Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF	
10	**Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa** - Centro de Referência sobre Assentamentos Humanos - CEARAH PERIFERIA	**José Ivan de Oliveira** - Federação das Associações Comunitárias do Município de Barro - FECOMB	**Natanael Alves Mota** - Federação de Entidade de Bairros e Favela de Fortaleza - FBFF	
11		**Antônia Luzanira Lima** - Federação das Organizações Sociais do Município de Tauá - FOSMUT	**Odilo Almeida Filho** - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE	
12		**Nicolas Arnaud Fabre** - APRECE	**Alexandre Adolfo Alves Neto** - Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE	
13			**Dep Sergio de Araujo Lima Aguiar** - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ALEC	

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450

[redacted]

ANEXO II – Ata Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social

COMITÊ: Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social	DATA DA REUNIÃO: 17/02/2017
COORDENADOR: Waldemar Pereira	
EMAIL: waldemar.pereira@cidades.ce.gov.br	TELEFONE: (85) 3101-4484

O comitê de Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social realizou no dia 17 de Fevereiro de 2016 reunião na sala da CONCIDADES as seguintes instituições Coordenador Comitê: Waldemar Pereira - CDHIS/SCIDADES, Conselheira: Teresa Hilda B. S. Costa - Cearah Periferia, Conselheiro: Romeu Duarte – UFC, Conselheiro: Luis Nilson M. Freitas – UVC, Conselheira: Angela Maria da Costa Pinto - SPU-CE, Convidada: Márcia Jeane M; Aguiar – IDECI, Convidada: Guaracimeire Matos de França - CDHIS/CIDADES, no intuito de avaliar as atividades propostas para o período de 2015 a 2016.
A seguir os registros dos diálogos:

O coordenador Waldemar Pereira - CDHIS/SCIDADES iniciou com as informações a respeito do que o Estado tem com a Caixa Econômica. Foram encaminhados à Caixa Econômica três projetos que o Estado acompanha, Quixeramobim com 600 unidades, 300 no município de Crateús e no município de Itapipoca com 300 unidades habitacionais.

A CAIXA esta se organizando para uma reunião com entidades para esclarecer e capacitar sobre o programa de habitação rural.

Outra informação relevante foi sobre o Ministério das Cidades. O Governo Federal anunciou que tem como meta contratar 610 mil novas unidades habitacionais 600 mil habitações, em todas as modalidades do MCMV em 2017. Sendo 170 mil nas modalidades de interesse social.

Na modalidade Faixa 1-FAR estão previstas 100 mil unidades. Para a região Nordeste 23.500 unidades, as quais, espera-se que 8.225 mil UH sejam para o Ceará.

Além da Faixa 1, ainda estão previstas 35 mil na modalidade "Entidades Urbanas" e outras 35 mil na "Rural".

Para as Faixas 2 e 3 está prevista a contratação de 400 mil unidades habitacionais.
Já para a faixa 1,5 serão 40 mil moradias.

1

O Ministério das Cidades, agora vai lançar o cartão reforma com o objetivo de beneficiar mais de 100 mil famílias que buscam recursos para melhorar e ampliar suas moradias, o governo federal lançou, o Cartão Reforma. Cada família vai receber um benefício médio de R$ 5 mil para aquisição de materiais de construção e pessoas com deficiência terão prioridade. O programa vai disponibilizar até R$ 500 milhões para os que possuem renda de até R$ 1,8 mil. Parte do valor da união e por isso esses valores não são um financiamento, mas um benefício. As pessoas não terão de pagar prestação ou juros pelo uso do dinheiro. O município recebe e o estado fiscaliza.

O Conselheiro Romeu Duarte – UFC, "nós estamos ignorando as causas" O êxodo rural permanece. O problema do Ceará permanece. Não há desenho nenhum para projeto de habitação na área rural. 90% é feito em fortaleza. Foi pavoroso para nós arquitetos. O resultado disso é a paisagem urbana e terrível para cidade. Outra crítica é o déficit qualitativo. Os projetos não prevêem equipamentos malha urbana.

Atualmente se vislumbra planejar ações de acordo com o que o Ministério recomendar.
O projeto sub 50 esta sendo reformulado (menor que 50 mil habitantes). O coordenador esclareceu que o agente financeiro do programa é privado e contratado direto do Governo Federal. Informou ainda que o Programa Nacional Habitação Rural, PNHR terá novos critérios do recurso, agora vai ser por região.

Márcia Jeane M; Aguiar – IDECI informou que estão em execução os projetos de regularização fundiária, em mais de 10 mil unidades habitacionais. Previsto para Sobral no bairro José Euclides, Juazeiro do Norte em Pedrinhas e Conjunto Palmeiras com 4 mil unidades.

Ao final foi consensuado que o Comitê precisa de uma reunião extra para reavaliar as propostas do período de 2015/2016 e elaborar novas com base na proposta da política de Habitação do Estado para este período, 2017, sendo definida reunião do comitê para dia 13 de março de 2017.

Fortaleza1 10 março 2017

Waldemar Augusto da S. C. Pereira
Coordenador de Habitação

2

Instituto Agropolos do Ceará

ConCidades

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

Evento: Reunião Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social
Data: 17 de fevereiro de 2017
Local: Secretaria das Cidades
Coordenador: Waldemar Pereira

Nº	NOME	ORGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Ana Hilde DS CA	Coronel Pacífico	3261 2602	[illegible]	[illegible]
02	ROMEU DUARTE	UFC	(85) 99973-3960	[illegible]	[illegible]
03	LUIS NILSON M. FREITAS	UVC	(85) 992065642	nilsonmoreira.freitas@hotmail.com	[illegible]
04	Marcia Geane Ma. Aguiar	IDECI	3101.1182	marcia.medeiros@idec.ce.gov.br	[illegible]
05	Angela Mª da Costa Pinto	SPU-CE	(85) 3878-3728	angela.maria@planejamento.gov.br	[illegible]
06	WALDEMAR PEREIRA	CDHIS/SCIDADES	3101-4484	waldemar.pereira@cidades.ce.gov.br	[illegible]
07	Guaracimeiru Matos de Souza	CDHIS/SCIDADES	3101.44.06	guaracimeiru.matos@cidades.ce.gov.br	[illegible]
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

ANEXO III – Ata Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde

Reunião Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde

Data: 17/02/2017

Coord.: Alceu Galvão

O Comitê decidiu se reunir, manhã/tarde, no dia 13 de março de 2017.

Alceu colocou resumidamente algumas questões que seriam abordadas no encontro para situar os integrantes do Comitê sobre o panorama do Estado. Foi solicitado para a Sexec/ConCidades convidar a Agace e secretários de município para participarem do encontro.

Em seguida, Alceu deu retorno aos conselheiros sobre os encaminhamentos da última reunião:

a) Estará indo a Aracati em 24/03 para visita em campo e pede que Valéria seja informada de que estarão lá para que possa acompanhá-los.

b) Resíduos sólidos presídios Itaitinga: informou que documentos de regularidade foram repassados. O problema é sério e agrava-se sem solução até o momento. Secretaria está solicitando providências junto a SEJUS. Anatalice disse haver sido informada sobre existência de ETE, mas não sabia dizer a razão de seu não funcionamento. Disse que a Secretaria do Meio Ambiente fez um relatório sobre o assunto.

Encaminhamento: Alceu pediu para Anatalice encaminhar o relatório para a Sexec/ConCidades, possibilitando seu posterior encaminhamento, pela SCidade, para a SEJUS. Nicolas sugeriu que o documento seja acompanhado dos Referenciais do que já foi protocolado sobre o tema, anteriormente.

Adutora Italçaba: Alceu falou com Luis Nilson que o informou haver sido o problema solucionado parcialmente.

Alceu informou que disponibilizará a agenda das visitas/oficinas/encontros nos municípios para os integrantes do Comitê para, na medida do possível, acompanharem/participarem desses eventos.

Até a sexta da próxima semana, Alceu encaminhará a pauta da próxima reunião do Comitê aos seus integrantes. A Cagece será convidada a participar da reunião.

Foi informado aos integrantes, por fim, que a instalação do FESB aconteceu na terça passada e que contou com a participação da conselheira Anatalice e do conselheiro Nicolas.

Lista de frequência dos participantes, em anexo.

Agrópolos do Ceará

CONCIDADES

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

Evento: Reunião Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde
Data: 17 de fevereiro de 2017
Local: Secretaria das Cidades
Coordenador: Alceu Galvão

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	JUARINDA BARREIRA	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	3101-1250	juarinda.barreira@sema.ce.gov.br	[illegible]
02	JOSÉ DA SILVA SOUSA (BEZINHO)	FEDERAÇÃO SOBRALENSE	(88) 9.9236.6757	[illegible]@hotmail.com	[illegible]
03	JOSÉ IVAN DE OLIVEIRA	FECOMB	(88) 99652 8318	ivanfec@yahoo.com.br	[illegible]
04	ARNALDO ARAÚJO LIMA	SEPLAG	(85) 3101-4538	arnaldo.lima@seplag.ce.gov.br	[illegible]
05	JOSE LINO FONTELES	DPE	85 99952-9676	LINO FONTELES@DEFENSORIACE.DEF.BR	[illegible]
06	ANATALICE S. CAVALCANTE	CEDECA/ITAITINGA	9 8626 51.82	anatalice@gmail.com	[illegible]
07	NICOLAS FABRE	APRECE	(85) 4006.4021	nicolas@aprece.org.br	[illegible]
08	Antª Souzanira Lima	FOSMUT	(88) 99849 6000	luzalima01@hotmail.com	[illegible]
09	ALCEU GALVÃO	COSAN/SCIDADES	85 3101 4446	ALCEU.GALVAO@CIDADES.CE.GOV.BR	[illegible]
10	Rafael Fernandes Ferreira	FETAMCE	(85) 99420 0304	rafaelfernandes@hotmail.com	[illegible]
11	ANTONIO SALVADOR ROCHA	ASSESSORIA COM. SCIDADES	99912 47 5/4	SALVADOR.ROCHA@SCIDADES.CE.GOV.BR	[illegible]
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450

ANEXO IV – Ata Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES/CE

COMITÊ: Transporte e Mobilidade Urbana	DATA DA REUNIÃO: 17/02/2017
COORDENADOR: Cyro Regis Castelo Vieira	
EMAIL: cyroregis.vieira@seinfra.ce.gov.br	TELEFONE: (85) 3216-3791

Ata da Reunião: 28ª Reunião Ordinária do Concidades

Na sala de Reunião da Secretaria das Cidades, 1º andar do Ed.Seplag, Cambeba , Fortaleza, capital do Estado do Ceará, em 17 de fevereiro de 2017, as 10:00 horas, com a presença do Coordenador do Comitê: Cyro Regis Castelo Vieira e dos presentes: Ana Valéria Oliveira, Firmiana Fonseca e Cícero Ricardo Pereira(**Lista de Presença Anexo**).
Na oportunidade foi deliberado pelos presentes os seguintes pontos:

a) Foi dado ciência a conselheira Ana Valéria de Oliveira(Faceds/Aracati), que conforme pleiteado pelo Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, houve a designação para integrar o Grupo de Acompanhamento Local de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Aracati, através do VIPROC nº 0014738/2017- Resolução Administrativa nº 08,de 21 de novembro de 2016 – Aguardando publicação no DOE ;

b) Foi comunicado aos conselheiros Firmiana Fonseca e Cícero Ricardo Pereira, que conforme a CIN nº 001/2017 – VIPROC nº 0015076/2017- 02/01/2017, que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado(PDUI) não será executado através do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central, pois não houve tempo hábil de incluí-lo na carteira do Banco, pois o prazo de execução referente ao Acordo de Empréstimo IBRD 76540-BR, firmado com o Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento(BIRD/Banco Mundial), foi de 30 de novembro de 2016.

Nada mais havendo a tratar o Coordenador deu por encerrado os trabalhos do Comitê na 28ª Reunião Ordinária do Concidades.

Cyro Regis Castelo Vieira
Coordenador do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana.

Instituto Agropolos do Ceará

CONCIDADES

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

Evento: Reunião Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana
Data: 17 de fevereiro de 2016
Local: Secretaria das Cidades
Coordenador: Cyro Régis Castelo Vieira

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	A. Valéria Oliveira	FACEDS	9984-7995	valeria3472004@yahoo.com.br	[illegible]
02	[illegible]	CCDS	9.88170887	[illegible]	[illegible]
03	Jurmiana Fonseca	URCA/Geografia	9.9965.1759	jurmiana.fonseca@urca.br	[illegible]
04	CYRO REGIS C. VIEIRA	SEINFRA/CTO	98862.0166	cyroregis.vieira@seinfra.ce.gov.br	[illegible]
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar do Ed. Seplag, Cambeba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao vigésimo-terceiro dia do mês de junho, do ano de dois mil e dezessete, às 10:00h, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário das Cidades e Presidente do ConCidades-CE, Sr. **Jesualdo Pereira Farias**. PAUTA: **1)** Abertura; Aprovação da Pauta da 29ª Reunião; Aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE; e Informes; **2)** A Crise Hídrica e a questão da Estiagem no Estado do Ceará: - Apresentação do novo Estudo da FUNCEME, com destaque para municípios integrantes do semiárido. (Funceme); e - Apresentação das Ações Emergenciais contra a Seca, com foco no abastecimento Hídrico do Estado. (Cogerh); **3)** O Impacto da Energia Eólica na região de Itapipoca até Acaraú.(Semace); **4)** Reunião Ordinária dos Comitês Técnicos; **5)** Apresentação Resultados Reuniões Comitês; 6) Sugestões de pontos de pauta para a próxima reunião e Encerramento. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e Organizações Não Governamentais, além de convidados, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. A reunião foi aberta pelo Sr. **Jesualdo Pereira Farias** (Secretário das Cidades e Presidente do ConCidades-CE) que, após as apresentações iniciais, deu boas-vindas a todos os participantes, dizendo-lhes acreditar que uma das metodologias que ajudavam o gestor público era exatamente aquela, *"ouvir os representantes de diversos setores diretamente ligados ao que a Secretaria das Cidades faz"*. Aproveitou para comunicar que tinha conhecimento da demanda do Conselho por uma reunião com o Governador do Estado e firmou compromisso no sentido de tentar agenda com aquele gabinete para a realização de reunião específica do ConCidades com o Governador Camilo. Em seguida, agradeceu aos representantes da Funceme, Cogerh, Cagece e demais entidades convidadas, por haverem aceitado o convite para tratar, num plano mais amplo, de questões, hoje, muito caras para o Estado do Ceará, entre elas, a crise hídrica, tema que está na agenda diária do governador. Por fim, ressaltou que, apesar das dificuldades enfrentadas, o Ceará era o estado que mais investia, proporcionalmente, a sua receita líquida corrente e que, mais recentemente, havia apresentado o maior crescimento do PIB, em relação a todos os demais estados brasileiros, colocando o Estado num cenário de destaque no país. Acrescentou, ainda, uma notícia importante para o Ceará, que havia sido divulgada há poucos dias, no caso, a retomada das obras da transposição do Rio São Francisco, o que, se realmente entrasse em curso imediato, daria ao Estado um grande fôlego para avançar nas políticas de gestão das águas. Antes de passar a palavra para o Sr. **Francisco Lopes** (Secretário Executivo do Conselho), o Secretário **Jesualdo** manifestou o seu compromisso com o ConCidades, no sentido de apoiá-lo fortemente e de dar curso a tudo aquilo que ali fosse deliberado. **Francisco Lopes**, então, deu continuidade ao encontro submetendo à apreciação do Plenário a Pauta da 29ª Reunião Ordinária, seguida da Ata da 28ª Reunião Ordinária daquele Conselho, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade. Imediatamente antes da apresentação da Funceme, a conselheira **Firmiana Fonseca** (URCA) fez uso da palavra para informar que havia trazido algumas imagens do Crato e de Juazeiro do Norte, e que gostaria, se possível, de apresentá-las naquela reunião. Os conselheiros(as) acataram seu pedido e acordaram que tanto a apresentação daquelas imagens como o item "Informes", da pauta, seriam feitos após a apresentação da Semace, na parte da tarde. Em seguida, foi iniciada a apresentação realizada pela Sra. **Margareth Sílvia Benício de**

S.Carvalho (Funceme), que abordou a questão da **Crise Hídrica**, com foco na ***Estiagem no Estado do Ceará***, e deu a conhecer o recente estudo daquele órgão a respeito do "Redimensionamento do Semiárido Cearense". Complementarmente à apresentação da Funceme, os técnicos **Roberto Bruno Moreira Rebouças** (Cogerh) e **Hélder Cortez** (Cagece) situaram os participantes, mais detalhadamente, sobre a **Situação Hídrica do Ceará**, informando-os sobre as ações em curso nos municípios cearenses. Ao final das apresentações foi comunicado aos conselheiros(as) que a Secretaria Executiva do ConCidades providenciaria a disponibilização de todos os arquivos pertinentes às apresentações daquela reunião, posteriormente, no espaço ConCidades, no site da Secretaria das Cidades. Na sequência, foi aberto espaço ao Plenário para manifestações, tendo os técnicos expositores e, complementarmente, o Secretário das Cidades, Jesualdo Farias, respondido todas as questões levantadas e prestado os esclarecimentos solicitados pelos conselheiros(as) e demais participantes do encontro. A essa altura, pediu a palavra a conselheira **Anatalice Cavalcante** (Cedeca/Itaitinga) para resgatar a problemática do esgotamento sanitário do Complexo Penitenciário de Itaitinga, já tratada em reuniões anteriores do Conselho e objeto de demanda formalizada em processo protocolado na Secretaria das Cidades, sem qualquer resposta mais "agressiva" do Estado, até aquele momento, para sanar o problema dos "rios de dejetos humanos" que vinham prejudicando comunidades inteiras naquele município de Itaitinga e, ainda contaminando as águas dos afluentes dos rios Cocó e Pacoti. Após comentar brevemente sobre todo o processo, finalizou pedindo que o assunto ficasse registrado em ata. Em seguida, o Secretário Jesualdo usou da palavra para, em relação à questão relatada pela conselheira, dar o seguinte encaminhamento: *Pautar o assunto para a próxima reunião e convidar os secretários da Sema e da Sejus, a Cagece e demais órgãos envolvidos para participarem da próxima reunião do ConCidades, e informarem sobre as providências já tomadas em relação ao problema e em que estágio se encontra aquele processo nos seus respectivos órgãos de atuação*. Questionado por um dos participantes convidados a respeito da solução, a curto prazo, para a situação hídrica do Estado, no sentido de evitar um colapso, o Secretário Jesualdo informou que os técnicos das diversas secretarias envolvidas na gestão dos recursos hídricos fazem um mapeamento diário da situação de fornecimento de água nos 184 municípios e que todas as sextas-feiras o Comitê se reúne para avaliar e ranquear o nível de urgência/emergência em cada município e encaminhar imediatamente as soluções. A médio e longo prazos estava prevista a instalação da usina de dessalinização, com o Procedimento para Manifestação de Interesse-PMI já iniciado, além de uma parceria com uma empresa francesa de grande porte, em fase de articulação, para reuso de água, com foco maior no reuso industrial para abastecimento do Pecém. Além disso, trabalhar-se-ia em pesquisa com Funceme, Cagece e parceria com as universidades, com o objetivo de encontrar soluções para a redução de perdas. Atendido esse questionamento, a reunião foi suspensa e iniciado o intervalo para o almoço, após o qual a reunião foi retomada para tratar do tema **O Impacto da Energia Eólica na região de Itapipoca até Acaraú**, tema, este, que compreendeu duas apresentações. A primeira, feita pelo **Professor e Doutor Jeovah Meireles** (UFC), tratou sobre *O Impacto das Unidades Eólicas nos Territórios das Comunidades Tradicionais e Indígenas*. A segunda, realizada pelo técnico **José Wilker Sales** (Semace), discorreu sobre tema *O Impacto da Energia Eólica na região de Itapipoca até Acaraú*, propriamente dito. Antes das apresentações vespertinas, o conselheiro **José Lino Fonteles** (DPGE), após cumprimentar os presentes, esclareceu que o tema havia sido pautado a partir de uma reunião com o Instituto Terramar e nativos da região de Itapipoca e Amontada sobre o impacto que a energia eólica estava causando na região, acarretando vários danos, principalmente em relação à forte probabilidade de rebaixamento do lençol freático, o que comprometeria a segurança alimentar e a sustentação das comunidades. Feitas essas colocações, apresentou-se, primeiramente, o **Professor Jeovah**, esclarecendo que iria apresentar resultados de projetos de pesquisas que um grupo de pesquisadores de várias

universidades do Ceará e de outras do país vinham desenvolvendo. Portanto, os dados que iria apresentar constituíam parte de um grande banco de dados de diversas áreas e diversas categorias de análise que tratavam da relação sociedade/natureza e, mais especificamente, a partir da implantação da energia eólica, levando em conta algumas perguntas e partilhas realizadas. Acrescentou, ainda, que a abordagem que iria colocar ali tinha uma vertente muito especial, que era dar visibilidade a impactos socioambientais que historicamente eram invisibilizados pela maioria das políticas públicas, por pesquisas científicas, que eram aqueles que tratavam diretamente das conseqüências daquele trabalho de desenvolvimento, gerando impactos ambientais que caiam de forma desproporcional sobre determinados grupos sociais, os quais, de certa forma, seriam apresentados ali. A apresentação transcorreu sem interrupções, tendo, ao seu final, o Professor Jeovah enfatizado: "*A Energia Eólica é importante. A Energia Eólica é necessária, desde que, com justiça ambiental, com justiça social, com soberania hídrica, com soberania alimentar e com os territórios das comunidades pesqueiras, das comunidades litorâneas, ribeirinhas e dos povos indígenas garantidos, delimitados e com suas políticas públicas direcionadas para a realidade de se pensar num ponto de vista sustentável*". Encerrando, fez o seguinte alerta: "*Estamos perdendo uma oportunidade brutal de ter energia limpa e de pensar o estado, com uma planície costeira única no nosso planeta, para os próximos cinquenta, os próximos cem anos. É interessantíssimo que o ConCidades e seus conselheiros pensem nessa direção e nessa perspectiva espaço-temporal*". Complementarmente ao Professor Jeovah, foi a vez do Sr **José Wilker Sales** (Semace) apresentar o tema **O Impacto da Energia Eólica na região de Itapipoca até Acaraú**. Iniciando sua participação, o Sr. Wilker informou que há cinco anos a Semace não licenciava mais nenhum tipo de aerogerador em qualquer área de proteção permanente (APP). Mencionou que a apresentação do Professor Jeovah focara em projetos antigos, pioneiros no estado do Ceará, e que não tinham relação com os projetos novos, instalados em áreas mais estáveis que eram os tabuleiros litorâneos. Dentre outras informações, disse que o Complexo Eólico da Baleia não estava instalado em faixa de praia e que nenhum dos seus aerogeradores estava instalado em APP. Relativamente a esse complexo, destacou que apenas uma questão ainda gerava imbróglio, a relacionada ao distanciamento da reserva indígena dos Tremembés em relação ao empreendimento. Após a exposição da Semace, **Francisco Lopes** (Secretário Executivo do ConCidades), informou que o Secretário Jesualdo se retirara para atender outros compromissos e, assumindo a condução do encontro, abriu espaço para debate sobre a última apresentação. Manifestou-se primeiramente o conselheiro **José Lino** (DPGE) para reportar alguns contraditórios em relação ao que acabara de ser exposto, e às denúncias recebidas, entre eles, que as audiências públicas haviam sido realizadas sem que a comunidade Maceió fosse avisada; que, relativamente à licença prévia, o relatório ambiental apresentado pela empresa na audiência não correspondia ao do local da comunidade Maceió; e que havia risco de rebaixamento do lençol freático e possível salinização da água das lagoas, o que comprometeria a segurança alimentar e subsistência das comunidades locais. Considerados estes, entre outros aspectos, continuou, resultava que o Conselho não obtivera a clareza esperada daquela exposição, em relação aos impactos ambientais na extensão da área objeto da apresentação da Semace. Por fim, José Lino alertou: "o fato é que, se houver metade do impacto que o pessoal do assentamento Maceió e de Caetano relataram, nós vamos ter um dano ambiental de proporções ainda não vistas no Estado". Às colocações do conselheiro José Lino, o Sr. Wilker, informou que havia sido constituída uma Câmara Técnica na Semace para tratar especificamente daquelas questões reportadas pelo conselheiro José Lino e respondê-las, dando ciência ao ConCidades. Finalizando o tópico, o conselheiro Odilo, considerando as diferentes interpretações em relação aos marcos regulatórios criados, com desdobramentos que não raro levavam à judicialização e paralização na exploração da paisagem natural, colocou quão importante seria trazer referido debate para o ConCidades. Após agradecer ao Sr. Wilker e ao Professor Jeovah pelas suas participações e contribuições no encontro, **Francisco Lopes**

colocou, relativamente à fala do conselheiro, que seria importante o tema "marcos regulatórios" voltar a ser discutido no Coema, com o que concordou plenamente o representante da Semace. Dando sequência à reunião, a palavra foi passada à conselheira **Firmiana Fonseca** (URCA), que apresentou registros fotográficos de sua participação no Encontro de Geólogos da América Latina (EGAL), realizado na Bolívia, como parte do compromisso assumido com o Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, do qual faz parte, tendo apresentado no referido evento um trabalho sobre a questão da Região Metropolitana e dos conselhos, citando, inclusive, o Conselho das Cidades do Ceará. Entre os registros fotográficos apresentados, revelou preocupação a respeito da ciclofaixa/ciclovia que havia entre Crato, Juazeiro e Barbalha, instalada no canteiro central das avenidas, ao lado de duas pistas de alta velocidade, sem sinalização adequada, com acessos irregulares aos canteiros e calçadas, sem segurança e apresentando dificuldades para quem nela circula. Outra preocupação apresentada foi em relação à preservação ambiental da área de vegetação que contorna o aquífero do Rio Salgadinho, no sentido de evitar sua ocupação, que acarretaria o refluxo da água no período das chuvas. Por fim, mostrou a foto de uma caixa d'água construída em frente a uma imagem de Nossa Sra. de Fátima, no alto de um morro, na saída do Crato para Juazeiro, que estava provocando polêmica na população. Antes de encerrar sua participação, informou sobre alguns eventos que ocorreriam na região e destacou a criação de um grupo de trabalho de zoneamento, do qual faz parte, para trabalhar a questão das limitações do município do Crato, junto ao Crajubar. **Francisco Lopes** agradeceu à conselheira a partilha e, sobre a preocupação colocada em relação às ciclofaixas, sugeriu fosse referido relato oficializado e enviado ao Secretário das Cidades, para abertura de processo e direcionamento aos setores/órgãos responsáveis. Dando seguimento à reunião, Francisco Lopes apresentou os seguintes **informes**: a) que o Secretário Jesualdo concordara fosse reservado o período da manhã para a realização das reuniões dos Comitês Técnicos; b) que a Conferência Nacional das Cidades fora transferida para o ano de 2019 (Dec. 9.076, de 07/06/2017, da Presidência da República); c) que, de conformidade com o estabelecido no Decreto retrocitado, os municípios que não haviam realizado suas Conferências Municipais das Cidades poderiam realizá-las, contudo, sem qualquer custo para o Estado. Neste sentido, complementou que poderia ser enviado um ofício circular aos gestores dos municípios que não realizaram suas conferências, comunicando-os do Decreto Presidencial e esclarecendo-os de que, caso fosse de seu interesse, poderiam realizá-las, desde que sem custo para o Estado; d) quanto às demandas do conselheiro Mário Fracalossi (Iplanfor/PMF), apresentadas através de e-mail, informou ao conselheiro que os coordenadores da Secretaria das Cidades haviam sido solicitados a se posicionarem sobre os temas a si pertinentes na reunião dos Comitês Técnicos, as quais, infelizmente, não puderam ser realizadas naquela ocasião, adiantando-lhe, contudo, que no próximo encontro ser-lhe-iam apresentadas as respostas aos seus questionamentos, tanto mediante a realização das reuniões dos Comitês Técnicos como através de apresentação a ser feita pelo Secretário Ronaldo sobre a questão da Capacidade de Investimentos. Na sequência, o conselheiro **Mário Fracalossi** (PMF/Iplance) manifestou sua preocupação quanto ao papel que o ConCidades deveria ter e quanto à consciência dos seus Conselheiros sobre o que deveriam discutir em relação às políticas urbanas que estavam sendo executadas pela Secretaria das Cidades, inclusive quanto ao grau de contribuição das mesmas no processo de desenvolvimento do estado e no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Em razão disso, acrescentou que houvera feito o encaminhamento de alguns pontos para reflexão e discussão dentro do Conselho, tanto sobre o que vinha sendo realizado pela Secretaria quanto pelo Conselho, na perspectiva de que o ConCidades não se limitasse apenas a um papel de coadjuvante, mas que pudesse contribuir direta e efetivamente no processo de execução de políticas focadas nos interesses da sociedade. Concluindo, registrou seu apelo para fosse feito um esforço de planejamento que, no seu entendimento, contribuiria para que o Conselho tivesse uma orientação estratégica e resgatasse a importância que tem como instância

de controle social. **Francisco Lopes**, sobre as colocações feitas pelo conselheiro Mário, fez um breve resgate histórico das ações realizadas pelo ConCidades, desde o seu Planejamento Estratégico, em 2014, a partir do qual a Secretaria das Cidades, mediante a realização de Seminários Regionais, investiu na sensibilização dos municípios cearenses quanto à importância de criarem os seus respectivos Conselhos das Cidades, isso tudo sem esquecer do apoio prestado pelos conselheiros a esses Seminários e às Conferências Municipais realizadas até então. Lembrando, ainda, de um período mais recente de limitações orçamentárias que também atingiu o Conselho, prejudicando sua atuação, Francisco Lopes aproveitou para ressaltar o empenho da atual gestão da Secretaria das Cidades em apoiar o ConCidades, apoio ratificado pelo Secretário Jesualdo naquela reunião e reconhecido pelos conselheiros e conselheiras, conforme manifestado várias vezes no curso da mesma. Assim, concluiu, considerava que o Conselho, com o atual apoio e com cada conselheiro(a) exercendo o papel que dele(a) é esperado, tinha tudo para contribuir mais ativamente com a Secretaria e seus programas e projetos. Em seguida, manifestou-se a técnica **Marcella Facó** (Cidades/Cosan), para sugerir que as demandas pontuais fossem direcionadas para os Comitês e discutidas em suas reuniões, dando-se retorno ao Plenário do encaminhamento dado em relação ao tema debatido. Já o conselheiro **José da Silva Sousa** (Fesec/Sobral), apresentou as seguintes demandas: a) que a Secretaria Executiva do ConCidades pedisse a Sra. Margareth, da Funceme, que fornecesse o levantamento de todos os pluviômetros instalados no Estado do Ceará, e que tal levantamento fosse repassado por e-mail para conhecimento de todos os conselheiros para que pudessem, juntamente com as entidades locais, acompanhar o fluxo das medições em seus municípios; b) que a Secretaria das Cidades, na pessoa do Secretário Jesualdo, enviasse ofício a todos os prefeitos para incentivá-los, juntamente com seus secretários atuantes na área do desenvolvimento urbano, a criar o Conselho das Cidades em seus municípios; c) em relação às Conferências Municipais, que fosse enviado ofício aos municípios informando-os da possibilidade de ainda realizarem suas conferências municipais das cidades e instruindo-os sobre como realizar aquele processo; d) que por ocasião das próximas reuniões do ConCidades fosse autorizada a concessão de mais uma diária de hospedagem, com jantar, para o conselheiro Leonardo, de Solonópole, para que pudesse acompanhar as reuniões até o seu final, o que vinha sendo impedido de fazer por conta de limitação de horário de transporte para retorno ao seu município; e) que fosse solicitado ao Secretário Jesualdo ultimar a data da reunião do Conselho com o Governador do Estado. Por fim, sugeriu como ponto de pauta para as próximas reuniões a "Apresentação de todos os Projetos da Secretaria das Cidades" (em curso e a executar). Após as colocações feitas pelo conselheiro e como nada mais houvesse a ser tratado, Francisco Lopes deu por encerrada a 29ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE, ficando confirmada a próxima reunião para o dia 11 de agosto de 2017, conforme previsto em calendário.

Jesualdo Pereira Farias
Secretário das Cidades do Ceará
Presidente do ConCidades/CE

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE
ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar do Ed. Seplag, Cambeba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao décimo-primeiro dia do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, às 09:00h, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do ConCidades/CE, Sr. **Germano Rocha Fonteles**. PAUTA: **1)** Abertura; Aprovação da Pauta da 30ª Reunião; Aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE; e Informes; **2)** Apresentação: "*Situação dos Investimentos e Recursos Disponíveis na SCidades para os próximos dois anos*"(Ronaldo Borges, Secretário Executivo das Cidades); **3)** Reuniões dos Comitês Técnicos; **4)** Apresentação dos Resultados das Reuniões dos Comitês Técnicos ao Plenário; **5)** Apresentação: "*Saneamento no Complexo Penitenciário do Riachão, de Itaitinga/CE*" (Paulo Afonso Cavalcanti, Secretário de Meio Ambiente de Itaitinga); **6)** Sugestões de pontos de pauta para a próxima reunião e Encerramento. PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e Organizações Não Governamentais, além de convidados, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. A reunião foi aberta pelo Sr. **Francisco das Chagas Lopes da Silva** (Secretário Executivo do ConCidades/CE) que, após dar boas-vindas aos participantes, informou-lhes, a pedido do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades/CE, Germano Fonteles, que este se faria presente à reunião somente no período da tarde, por estar representando a Secretaria em evento externo. Em seguida, colocou à apreciação dos(as) senhores(as) conselheiros(as) a Pauta da 30ª Reunião Ordinária, bem como a Ata da 29ª Reunião Ordinária do Conselho, tendo ambas sido unanimemente aprovadas pelo Plenário, na íntegra. Avançando para os "Informes", Francisco Lopes deu retorno aos participantes sobre as providências adotadas pela Secretaria Executiva do Conselho, em relação às demandas apresentadas na última reunião, no caso, a inclusão do tema *Saneamento no Complexo Penitenciário do Riachão/Itaitinga* na pauta da 30ª Reunião; o envio do Of. nº 012/2017 à Funceme, solicitando levantamento de todos os pluviômetros instalados no Estado do Ceará; a solicitação, em caráter excepcional, da concessão de duas diárias, com jantar, para o conselheiro Leonardo (Solonópole), considerando a comprovada limitação de horário verificada no transporte para retorno ao seu município, situação que o vinha impedindo de participar das reuniões do ConCidades até o seu final. Ainda no âmbito dos informes, Francisco Lopes, após informar sobre a abertura de uma Consulta Pública relacionada ao CONCIDADES nacional, de que trata a Portaria nº495, publicada no DOU de 24/07/2017, disponibilizou aos presentes o respectivo link de acesso – **https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeQJluLg4J67n5Y32kbPFn0G1dVwxC-Y133E7mnbh6uSUG8aQ/formResponse** – demonstrando *on line* como se dava o referido acesso e alertando, ao final, para a data-limite de 08 de setembro de 2017, estabelecida para manifestações. Em seguida, reportando-se à apresentação sobre o Complexo Penitenciário de Itaitinga, prevista para ao período da tarde, comunicou que a mesma contaria com a participação da **Sejus**, nas pessoas de Sandro Camilo, Secretário Adjunto, e Leonardo Cidades, Engenheiro; **Semace**, Marina Larisse, Gestora Ambiental, e Carlos Alberto, Gerência de Controle Ambiental; e **Cagece**, Abraão Evangelista Sampaio, Coordenador de Outorga e Licenciamento, e Cailiny Darley de M M Cunha, Gerente de Projetos de Engenharia, todos especialmente convidados a contribuir com informações sobre o tema e posicionar o Conselho sobre o ponto em que se encontrava aquele assunto nos seus respectivos órgãos de atuação. Finalmente, sobre as indagações feitas pelo conselheiro **Mário Fracalossi** (PMF), através de e-mail dirigido ao

ConCidades e copiado para todos os conselheiros, informou que cada um dos setores da Secretaria das Cidades havia se posicionado em relação ao assunto que lhe era pertinente e que tais posicionamentos, consolidados em um documento, encontravam-se nas pastas entregues a cada conselheiro àquela ocasião. Esclareceu, ainda, que aqueles posicionamentos constituíam, na verdade, informes para reflexão e discussão dentro dos Comitês Técnicos do Conselho. Por fim, lembrou que uma das indagações feitas era relacionada a recursos e investimentos da Secretaria das Cidades e que, para dar atendimento a essa demanda particular, o Secretário Executivo das Cidades, Sr. **Ronaldo Borges**, faria, em seguida, uma apresentação sobre o tema "*Situação dos Investimentos e Recursos Disponíveis na SCidades para os próximos dois anos*". Passada a palavra ao Secretário Ronaldo, este iniciou sua participação informando o que a Secretaria dispunha para os anos de 2017 e 2018 e esclarecendo que trouxera os números do MAPP, ao invés do orçamento, por constarem naquele programa os projetos que o governo estadual elegera como prioritários, ou seja, aqueles que, de fato, eram passíveis de execução. Logo após o início da apresentação, a conselheira **Gorete Fernandes** (CONAM) interveio para solicitar ao Sr. Ronaldo que disponibilizasse aos conselheiros, posteriormente, aquela apresentação e a peça que continha os projetos prioritários, tendo o Secretário se comprometido a fazê-lo oportunamente. No curso da apresentação, o Secretário Ronaldo destacou que o Ceará já alcançara os 50% de execução, sendo considerado, atualmente, o mais equilibrado Estado brasileiro, conseguindo, ainda, fazer investimento. No caso da Secretaria das Cidades, acrescentou que a execução financeira já se encontrava na casa dos 45% a 50%. Mais adiante, deteve-se mais demoradamente no FECOP – Fundo de Combate à Pobreza, solicitando de antemão ao Sr. **Francisco Lopes** que repassasse as informações ali disponibilizadas ao conselheiro Mário Fracalossi, de vez que o tema FECOP constituía uma das indagações feitas pelo conselheiro. Dando seguimento, esclareceu que o FECOP contava com uma Gerência Executiva e com um Conselho que aprovava ou reprovava os projetos; que do montante inicial de R$ 54,7 milhões previsto na LOA de 2016, para execução em 2017, depois de realizadas algumas alterações orçamentárias e considerado o que ficara previsto no MAPP, apenas 22 milhões de reais haviam sido destinados à Secretaria das Cidades, o que levou o órgão a promover nova priorização de projetos, dentre os que já haviam sido apresentados como prioritários pela Secretaria. Acrescentou, ainda, que mesmo com todas as restrições financeiras os recursos da fonte FECOP, naquele momento, já alcançavam 56% de execução. Em seguida, passou a mostrar detalhadamente como estavam distribuídos os 22 milhões entre os projetos das diversas áreas de atuação da Secretaria, situando os conselheiros sobre o ponto em que se encontravam, sempre esclarecendo dúvidas e respondendo as questões colocadas no decurso da apresentação. Questionado sobre os recursos para a manutenção do ConCidades, o Secretário respondeu que estavam garantidos através do Contrato de Gestão da Secretaria das Cidades com o Instituto Agropolos e que no âmbito do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da região metropolitana de Fortaleza e do Cariri havia sido aportado o valor de R$100 mil para ser usado pelo ConCidades, montante, este, que se encontrava dentro do MAPP. A conselheira **Gorete Fernandes** (CONAM) interveio para defender a criação de um fundo para o Conselho, com o objetivo de custear a sua manutenção e as despesas com viagens de conselheiros. Àquelas colocações o Secretário respondeu colocando não haver instrumento mais ágil e fácil para se administrar do que um contrato de gestão e que o problema atual residia, mais especificamente, na limitação orçamentária, pois os recursos disponíveis eram destinados não só ao custeio, mas, também, ao pagamento de pessoal. Finalizando sua participação, o Secretário Ronaldo apresentou aos conselheiros uma nova ferramenta que estava sendo desenvolvida e que seria capaz de disponibilizar, por município, por ano, desde 2015 até 2018, todas as ações realizadas pela Secretaria das Cidades, inclusive aquelas em andamento, indicando a previsão para de sua inauguração. Esclareceu que aquela ferramenta ainda não se encontrava concluída, mas que tão logo o fosse

seria disponibilizada para acesso no site da Secretaria das Cidades. Após atender a vários conselheiros que solicitavam a exibição das informações pertinentes a seus respectivos municípios, o **Secretário Ronaldo** encerrou sua participação, agradecendo a todos a atenção e o interesse demonstrados. Antes de a reunião ser interrompida para dar lugar às reuniões dos Comitês Técnicos, ainda na presença do Secretário Ronaldo, este foi questionado sobre quem assumiria a coordenação do Comitê de Desenvolvimento Urbano, ainda vaga com a recente saída do Sr. Rodolfo Sanford da SCidades. O Secretário, então, informou que a responsável pela Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano-CODUR, Sra. **Flávia Pinto**, seria a mais indicada, de vez que a coordenadoria sob sua responsabilidade era mais diretamente ligada ao trabalho desenvolvido pelo Conselho, no âmbito do desenvolvimento urbano. Em seguida, foram iniciados os encontros dos Comitês Técnicos do ConCidades, exceto o de Desenvolvimento Urbano, que retomaria seus trabalhos somente por ocasião da próxima reunião do Conselho, tendo os seus participantes sido orientados a integrar um dos demais Comitês, de acordo com seus interesses. Durante os encontros foi feito um breve intervalo para o almoço, após o qual os trabalhos foram retomados. Finalizados os encontros dos três Comitês, os conselheiros retornaram ao Plenário para a continuidade da 30ª Reunião que, no período da tarde, contou com a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-Presidente do ConCidades/CE, Sr. **Germano Rocha Fonteles**, o qual, após dar boas-vindas a todos e em observância à pauta do encontro, passou a palavra ao representante de cada Comitê Técnico para um breve relato dos resultados de seus respectivos encontros. Inicialmente manifestou-se o **Comitê de Desenvolvimento Habitacional**, na pessoa do conselheiro **José Airton** (FAITA), que informou os seguintes encaminhamentos feitos por aquele Comitê: **a)** *elaborar uma Resolução do Conselho recomendando à Secretaria das Cidades que solicite ao Ministério das Cidades avaliar a possibilidade de lançamento de uma nova etapa, a terceira, do Sub-50, pertinente ao Programa de Produção Habitacional do governo do Estado, destinado a cidades com menos de 50 mil habitantes;* **b)** *solicitar à Secretaria das Cidades que disponibilize aos conselheiros a relação, por município, das entidades beneficiadas com Fogões Sustentáveis, através do Programa de Melhorias Habitacionais, com os respectivos valores liberados, propiciando que os conselheiros pudessem acompanhar as ações realizadas; e* **c)** *sugerir que a Secretaria das Cidades pactue com as Prefeituras beneficiadas por projetos habitacionais a continuidade do trabalho técnico social no período posterior à entrega do empreendimento*. Relativamente a este último ponto colocado, o **Secretário Germano** manifestou sua concordância com o exposto, informando, inclusive, que havia acontecido reunião com prefeitos para tratar justamente do trabalho técnico social, a partir da qual já se verificara, em alguns municípios, a agilização dos procedimentos para garantir a realização daquele trabalho. Acrescentou, contudo, que essa era uma questão fundamental que devia ser acompanhada continuamente. Em seguida, Francisco Lopes passou a palavra ao conselheiro **Cyro Régis**, coordenador do **Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana**, que, resumidamente, disse que na primeira parte da reunião o técnico Rômulo Cabral, da UGPII, da SCidades, informara detalhadamente sobre o andamento dos trabalhos de elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana de Sobral, Aracati, Coreaú e Forquilha, tendo sido a questão dos grupos de acompanhamento daqueles planos bastante debatida, por ser considerada de fundamental importância para o envolvimento e a participação popular na elaboração daqueles instrumentos. Neste sentido, o Sr. Cyro *solicitou aos conselheiros Ana Valéria Oliveira e José da Silva Sousa intensificar suas participações junto aos grupos de acompanhamento locais de Aracati e de Sobral, respectivamente. Relativamente aos municípios de Aracati e Forquilha, solicitou fosse promovida uma interação entre o Secretário das Cidades e os prefeitos daqueles municípios, mobilizando-os a acionar os coordenadores daqueles grupos locais de acompanhamento, animando-os a dar continuidade àquele importante trabalho até sua conclusão*. No caso de Aracati, informou que no próximo dia 18/09 haveria Audiência Pública em Aracati e que aquela interação seria de grande importância. Esclareceu,

ainda, que em setembro seria disponibilizado ao público, no site da SCidades, o teor das propostas que a consultoria contratada fez em relação aos Planos de Mobilidade de cada um dos quatro municípios. Por fim, colocou que a conselheira **Firmiana Siebra** (URCA) havia trazido duas demandas ao Comitê, uma relacionada à precária situação da Ciclovia Crato/Juazeiro/Barbalha e outra que dizia respeito à criação do Parque Ecológico Linear, ao longo da Avenida do Contorno Juazeiro/Crato, as quais só reforçavam a necessidade de existir um Plano de Mobilidade Urbana, no nível de cada município. Em seguida, o Sr. Cyro passou a palavra à conselheira Firmiana que, após tecer considerações e esclarecer alguns aspectos pertinentes às demandas, repassou-as às mãos do Secretário Germano Fonteles, devidamente oficializadas, para as devidas providências. O Sr. Cyro Régis, encerrando o relato do Comitê, solicitou ao Secretário Germano, em atenção a uma demanda do conselheiro **Ricardo Pinho** (CCDS), que consultasse o DER sobre a possibilidade de adequar uma ciclovia à obra da rodovia Missão Velha – Juazeiro do Norte, ainda em curso à ocasião. Sobre este último tópico, a conselheira **Gorete Fernandes** voltou a ressaltar, conforme registrado em atas de reuniões anteriores, que as demandas dos conselheiros devem ser oficializadas junto à Secretaria Executiva do ConCidades, para que esta possa formalizá-las em processos e/ou apresentá-las à consideração da Coordenação Executiva do ConCidades, por ocasião de suas reuniões, para avaliar sua inclusão ou não em pauta de reunião do Conselho. Em seguida, a conselheira **Anatalice Cavalcante** (Cedeca/Itaitinga), relativamente ao **Comitê de Saneamento Ambiental**, esclareceu que os encaminhamentos decorrentes do encontro constariam da sua respectiva ata, a qual, tão logo concluída, seria repassada pelo coordenador Alceu Galvão à Sexec/ConCidades para as devidas providências. Encerrada a apresentação dos Comitês Técnicos, **Francisco Lopes** retomou a palavra e introduziu o próximo ponto previsto em pauta, esclarecendo ao Secretário Germano Fonteles que o tema "*Saneamento no Complexo Penitenciário do Riachão, de Itaitinga/CE*", objeto de debate na última reunião do ConCidades, havia sido pautado pelo Secretário Jesualdo para aquela 30ª Reunião. Em seguida, esclareceu que o Secretário do Meio-Ambiente de Itaitinga, Sr. Paulo Cavalcante, presente no período da manhã, havia se desculpado e solicitado licença para se ausentar, de vez que houvera se equivocado quanto ao horário de sua apresentação e necessitaria atender, na parte da tarde, a outro compromisso pré-agendado. Prestado este esclarecimento, a palavra foi passada à conselheira **Anatalice Cavalcante**, (Cedeca/Itaitinga), para uma breve contextualização do assunto e para informações acerca de todas as providências que o município já havia adotado em relação ao mesmo. Na sequência, a palavra foi franqueada aos representantes dos órgãos convidados, que apresentaram os seguintes posicionamentos: **Sejus**: após reconhecer a gravidade da situação no Complexo Prisional de Itaitinga e ressaltar que a problemática era muito maior do que a colocada pela conselheira Anatalice, o Secretário Adjunto de Justiça, Sr. **Sandro Camilo**, reportou haver aquela Sejus se reunido por diversas vezes com todos os demais órgãos envolvidos naquela questão e que desses encontros resultara a elaboração de um projeto com o objetivo final de dobrar o atendimento em cada unidade prisional. Acrescentou, ainda, que acreditava estar o problema bem próximo de ser resolvido, a partir da execução daquele projeto, cujo início demandaria o tempo processual e burocrático necessário. Em seguida, convidou todos os que ali se encontravam a participar da próxima reunião na Sejus, solicitando aos interessados que lhe procurassem para repassar seus telefones e/ou e-mails para contato prévio. Na sequência, o conselheiro **José Airton** (FAITA), sobre colocação anterior feita pelo Sr. Sandro Camilo, de que a solução para o problema de Itaitinga estava bem próxima, indagou quão próxima estaria a solução e se havia recursos disponíveis para executar o projeto. A estas indagações, o Sr. **Sandro Camilo** respondeu que por se configurar prioritária a situação de Itaitinga, certamente não faltaria recurso para executar o projeto. Quanto ao tempo estimado para solucionar o problema, disse acreditar que no período de seis meses a um ano estaria totalmente resolvido, contudo, lembrou que trâmites processuais e burocráticos, entre eles o

processo licitatório, poderiam vir a alongar o período estimado. Ressaltou, por fim, que a Secretária da Sejus, Sra. Socorro França, estava particularmente empenhada em resolver aquela questão. **Cagece**: o técnico **Abraão Sampaio** informou que o projeto compreendia a instalação de uma ETE de grande porte para onde seria transportado o material coletado dos esgotos de todos os presídios, a fim de tratá-los em um só local, com eficiência de mais de 99% de remoção, consistindo, esta, a tecnologia a mais viável para solucionar o problema de Itaitinga, por ser compacta e modular, permitindo a ampliação da ETE com um novo módulo, em caso de ampliação do complexo. A técnica **Cailiny Darley** acrescentou que a Cagece estava acompanhando de perto a concepção do projeto, até para dar segurança à Sejus quanto à aplicação da tecnologia adequada à situação, esclarecendo que sua operacionalização seria acompanhada pela Sejus, por envolver um nível de segurança maior e a permanência na equipe. Acrescentou, por fim, que a Cagece encontrava-se empenhada na captação de parte dos recursos para a implantação do esgotamento sanitário em Itaitinga, que abrangeria, aproximadamente, 50% da população. **Semace**: a técnica **Marina Larisse** reportou ter a Semace participado das visitas realizadas, realizado vistorias, constatado o mau funcionamento das ETE e emitido o devido parecer. Informou, por fim, que o próximo passo seria a coleta de efluentes para análise de sua qualidade. A estas colocações, o técnico **Carlos Alberto** acrescentou que o relatório já havia sido encaminhado à Sejus, mas que o processo ainda se encontrava no Laboratório da Semace para a realização das coletas. Relativamente ao licenciamento, informou que tão logo o projeto estivesse pronto a Semace se prontificaria a dar total celeridade. Ouvidos todos os órgãos presentes, o Secretário Adjunto da Sejus, **Sandro Camilo**, desculpou-se por ter que se retirar em seguida para atender a outro compromisso de agenda e agradeceu atenção de todos, dizendo, contudo, que permaneceria mais alguns instantes para qualquer informação ou esclarecimento adicional necessário. Ato contínuo, o conselheiro **José Airton** parabenizou-o por ter-se feito presente àquele encontro, atitude que expressava interesse e compromisso com a causa de Itaitinga, agradecendo, ainda, em nome do Conselho, ao corpo técnico dos órgãos convidados, ali tão bem representados, que contribuíram com informações e esclarecimentos importantes e fundamentais para a melhor compreensão de todos sobre o tema. Complementando-o, a conselheira **Anatalice** manifestou especial agradecimento à Secretaria Executiva do ConCidades, que não mediu esforços para dar bom atendimento às demandas de todos os conselheiros, providenciando tudo quanto foi necessário para o bom êxito daquele encontro. Agradeceu, ainda, ao Sr. Alceu Galvão (Cosan) e à técnica Marcella Facó (Cosan), pelo empenho e interesse manifestados em relação àquela causa. Dando continuidade ao encontro, o Vice-Presidente do ConCidades, Secretário **Germano Fonteles**, lembrou que aquela já era a terceira reunião do Conselho da qual os novos gestores da Secretaria participavam e que na primeira reunião uma das demandas havia sido a de que aquelas reuniões voltassem a ser realizadas em dois períodos, demanda, esta, imediatamente repassada e aquiescida pelo Secretário Jesualdo, a partir de sua sensibilidade e visão da importância daquele Conselho. Assim, parabenizava, também, todos os conselheiros por seu comprometimento com o Conselho das Cidades, destacando, com satisfação, a participação do interior do Estado naquele órgão colegiado. Na sequência do encontro foi novamente colocada pelos conselheiros a questão da sensibilização dos gestores municipais para a criação do Conselho das Cidades em seus municípios. A este respeito, **Francisco Lopes** informou que em maio de 2017 fora enviado ofício aos Prefeitos naquele sentido, ao qual somente cinco municípios haviam respondido. Assim, aproveitou para voltar a enfatizar quão importante seria se a Secretaria das Cidades estabelecesse que a existência do Conselho das Cidades no município, acompanhada da comprovação de seu funcionamento, passasse a constituir critério de participação dos municípios nos projetos especiais da Secretaria. Além disso, valeu-se da ocasião para exortar os conselheiros a procurarem o gestor municipal, em seus respectivos municípios de atuação, para sensibilizá-los e apoiá-los na direção da criação de seus Conselhos

das Cidades. Sobre o condicionamento sugerido por Francisco Lopes, o conselheiro **Mário Fracalossi** colocou que a Secretaria das Cidades, a exemplo do que outros estados já vinham fazendo, poderia criar pré-requisitos à liberação dos recursos, por exemplo, o de o município dispor do seu Plano de Saneamento Básico para poder ter atendida uma solicitação de ampliação da sua rede de esgoto. Aproveitou, ainda, para elogiar colocação anterior feita pela conselheira Gorete, no sentido de que o ConCidades tinha que passar a deliberar sobre questões comuns a todos, através de Resoluções auto-aplicáveis que, se não tivessem força de lei, ao menos servissem para sugerir à Secretaria das Cidades adotar providências na direção de sua institucionalização. Os pontos de pauta sugeridos para a próxima reunião foram: **a)** Planos de Desenvolvimento Metropolitanos – PDUI (Apresentação - SCidades); **b)** Observatório da Governança Municipal (Apresentação - Mário Fracalossi/PMF-Iplanfor); **c)** ConCidades - Balanço 2017 e Perspectivas (Sexec ConCidades). E como nada mais houvesse a ser tratado, o Secretário Germano Fonteles deu por encerrada a 30ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE, ficando confirmada a próxima reunião para o dia 17 de novembro de 2017.

Germano Rocha Fonteles
Secretário Adjunto das Cidades
Vice-Presidente do ConCidades/CE

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ – CONCIDADES/CE
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL, DATA E HORA: Sala de reuniões do Gabinete da Secretaria das Cidades, 1º andar do Ed. Seplag, Cambeba, Fortaleza, capital do Estado do Ceará; ao décimo-sétimo dia do mês de novembro, do ano de dois mil e dezessete, às 09:00h, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do ConCidades/CE, Sr. **Germano Rocha Fonteles**. PAUTA: **1)** Abertura; Aprovação da Pauta da 31ª Reunião; Aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE; e Informes; **2)** Reuniões dos Comitês Técnicos – Apresentação pelo Respectivo Coordenador, de Minuta do Plano de Ação do Comitê para o exercício de 2018, para debate e aprovação, no âmbito do Comitê; **3)** Apresentação "Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado"- PDUI (Flávia Pinto - Coordenadora/Codur); **4)** Apresentação "Observatório da Governança Municipal de Fortaleza" (Mário Fracalossi - Superintendente Adjunto/IPMF-Iplanfor); **5)** Apresentação dos Resultados Reuniões Comitês e aprovação de Resoluções; **6)** Sugestões de pontos de pauta para a próxima reunião e Encerramento**.** PARTICIPANTES: Conselheiros do ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e Organizações Não Governamentais, além de convidados, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. A reunião foi aberta pelo Vice-Presidente do ConCidades, Sr. **Germano Fonteles** (Secretário Adjunto das Cidades), que após cumprimentar e dar boas-vindas aos presentes, passou a palavra a **Francisco Lopes** (Secretário Executivo do ConCidades), tendo este lembrado os(as) conselheiros(as) do quão importante seria, nas reuniões dos Comitês Técnicos que aconteceriam mais adiante, focarem na atualização dos seus respectivos Planos de Ação, de forma que a apresentação dos resultados das reuniões dos Comitês fosse concluída ainda na parte da manhã. Nesse sentido, acrescentou que cada Comitê deveria focar no realizado e/ou previsto ainda para 2017 e, também, para o exercício de 2018, contribuindo o ConCidades com a Secretaria das Cidades no redimensionamento e/ou redirecionamento de metas e ações pertinentes à Política Urbana em geral, para que esta pudesse alcançar, de forma efetiva, o seu objetivo final. Em seguida, foi submetida à apreciação dos conselheiros a Pauta da 31ª Reunião Ordinária, que após ajustada quanto ao deslocamento do quinto tópico – *Apresentação dos Resultados Reuniões Comitês e aprovação de Resoluções*; - para logo após a reunião dos Comitês Técnicos, foi unanimemente aprovada. Na sequência, foi submetida à apreciação do Plenário a Ata da 30ª Reunião Ordinária tendo a mesma também sido aprovada por unanimidade. Finalizando o primeiro tópico da pauta, avançou-se para os Informes. **Isaura Garcia** (Sexec/ConCidades) passou à leitura das deliberações emanadas da última reunião, acompanhadas dos respectivos encaminhamentos dados. Relativamente à demanda de uma relação das entidades beneficiadas com Fogões Sustentáveis, através do Programa de Melhorias Habitacionais, com os respectivos valores liberados, informou que foi atendida mediante o envio de e-mail a todos os conselheiros, em 27/09/2017, acompanhado do documento pertinente, fornecido pela Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria das Cidades. Quanto às demais demandas, foram atendidas mediante a elaboração das Resoluções Recomendadas de Nº 07; Nº 08 e Nº 09, as quais, submetidas à apreciação dos conselheiros e ajustadas conforme solicitado pelos mesmos naquela ocasião, foram aprovadas por unanimidade e constituem anexos da presente Ata. Em seguida, foram iniciados os encontros dos Comitês Técnicos do ConCidades, exceto o do Comitê de Desenvolvimento Urbano, tendo os participantes deste se agregado a um dos demais Comitês, conforme fosse o tema de seu interesse. Foi esclarecido aos membros do Comitê de Saneamento Ambiental e Saúde-**CSAS** que a Sra. **Marcella Facó**(SCidades/Cosan) assumiria a coordenação daquele

Comitê, tendo em vista o recente desligamento do Sr. Alceu Galvão da Coordenadoria de Saneamento da Secretaria das Cidades para assumir outra função na ARCE, seu órgão de origem. No caso do Comitê de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social-**CDHIS**, a coordenação ficou sob a responsabilidade da Sra. **Teresa Hilda** (Cearah Periferia), conselheira, designada que foi pelo coordenador Waldemar, impossibilitado de comparecer ao encontro por motivo de força maior. Decorridos aproximadamente noventa minutos de reunião, os membros dos comitês retornaram ao Plenário para apresentar os resultados de suas reuniões. O **CSAS**, na pessoa de sua coordenadora, **Marcella Facó**, relatou que fora ratificado pela conselheira Ana Valéria o pedido de providências quanto à ETE de Aracati e que o mesmo seria providenciado pela própria Cosan; que fora feita a completa revisão e consequente atualização das ações do Plano de Ação do Comitê, pontuando que não houvera sido proposta nenhuma nova ação para compô-lo. Finalmente, apresentou à consideração do Plenário a proposta de realização, com apoio da Escola de Gestão – EGP, de *Capacitação em Saneamento, com foco nas Tecnologias e na Legislação* e, principalmente, no que compõe os sistemas, desde que garantidas hospedagem, alimentação e passagens para os conselheiros participantes. Acrescentou, ainda, em caso de a proposta vir a se concretizar, que poderiam ser convidados a participar gestores e/ou técnicos municipais, desde que as gestões municipais arcassem com as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem dos mesmos. Finalizando, registrou as seguintes solicitações feitas pelo CSAS à Secretaria das Cidades: **1)** articular junto ao Projeto Proinftur a inclusão da destinação final de resíduos sólidos no programa; **2)** convidar a Secretaria do Meio Ambiente-Sema para apresentar ao ConCidades as ações em andamento no âmbito daquela Secretaria, principalmente quanto aos Planos Regionalizados de Resíduos e o Diagnóstico das atividades de uso de agrotóxicos; e **3)** disponibilizar aos conselheiros informações básicas pertinentes aos projetos de saneamento em andamento, bem como sobre a situação atual dos Planos Municipais de Saneamento. Em seguida, foi a vez do **CDHIS** que, na pessoa da Sra. **Teresa Hilda**, coordenadora do encontro, relatou haver sido revisitado e atualizado o Plano de Ação daquele Comitê, com destaque para os programas que vinham sendo executados na Secretaria, no caso, MCMV, Fogões Sustentáveis e Regularização Fundiária, tendo se detido nestes para discutir algumas questões e formular propostas, as quais foram apresentadas pela Sra. **Márcia Medeiros** (SCidades/Coref). Em relação ao programa MCMV, no qual estavam previstas 140 mil unidades habitacionais-UH em 2017, adiadas para 2018, disse que a proposta era que o Governo do Estado, através do ConCidades, atuasse para tentar garantir a contratação dessas UH. Relativamente aos Fogões Sustentáveis, com previsão de três mil fogões para 2018, relatou que a proposta era fazer um diagnóstico avaliativo do programa, até 2017, para medir o grau de satisfação das famílias beneficiadas até então e, a partir do resultado obtido, previsto como altamente positivo, aumentar a oferta daquele produto para os próximos anos. Quanto ao projeto de Locação Social de Imóveis, do governo federal, previsto para ser implementado, o Comitê propôs que os imóveis vagos localizados nas áreas centrais ou os imóveis sem uso também fossem aproveitados para os fins previstos no referido Programa. Em relação à Regularização Fundiária-RF, a proposta foi que o Estado criasse uma política e legislação próprias para apoio financeiro a todos os municípios cearenses, para que estes pudessem executar a RF. Neste sentido, citou a Lei Nº11.888/08, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social. Nessa ocasião, o conselheiro **Djalma Carneiro** (Sindsal/Chaval) interveio para dizer que a retrocitada Lei garantia assistência técnica pública e gratuita nas áreas de engenharia, urbanismo e arquitetura, paga pelo governo federal, através do Ministério das Cidades. No caso do apoio técnico de advogado, esclareceu que, em Chaval, era dado pelo município. A Sra. **Márcia**, após agradecer o aparte, sugeriu a todos conhecer melhor a legislação já existente sobre o tema, particularmente a Lei Nº 11.888/08, para melhor contribuir em seus municípios de atuação. Em seguida, fez uso da palavra o Dr. **José Lino** (Defensoria

Estadual) para dizer que por conta da Lei da Assistência Técnica no Estado do Ceará ser mais voltada para a Extensão Rural, não abrangendo a Regularização Fundiária, o Comitê estava propondo que o Estado garantisse aos municípios, através de uma política estadual voltada para a RF, as condições necessárias para pudessem fazê-la. Encerrado o relato do Comitê de Habitação, foi a vez do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana – **CTMU** que, na pessoa de seu coordenador, Dr. **Cyro Régis** (Seinfra), colocou, relativamente aos temas objeto da atenção do Comitê ao longo do ano de 2017, que o primeiro abordado naquela reunião fora o da elaboração dos Planos Diretores de Sobral, Aracati, Coreaú e Forquilha, com a coordenação da SCidades, comentando, relativamente às audiências públicas realizadas, que algumas contaram com expressiva participação da Sociedade Civil, enquanto que outras se apresentaram muito pobres nesse particular, o que poderia comprometer aqueles Planos. Acrescentou, ainda, que as propostas colhidas estavam sendo analisadas e que a expectativa era de que a pauta da elaboração daqueles quatro Planos fosse fechada ainda em 2017. Em seguida, disse também haver sido retomado o assunto da Ciclovia Crato/Juazeiro/Barbalha, que acabara de registrar um grave acidente, bem como a proposta do Parque Ecológico Linear ao longo da Av. do Contorno, ambos os temas apresentados em reunião anterior pela conselheira **Firmiana Fonseca** (Urca), para enfatizar o elevado grau de importância e atenção que mereciam aqueles dois assuntos, considerando que o pleno funcionamento da Avenida do Contorno traria um tráfego expressivo de veículos de toda a ordem àquela área, além da forte e inevitável questão da especulação imobiliária. Prosseguindo, acrescentou ter sido abordada uma questão trazida anteriormente pelo conselheiro **Ricardo Pinho** (CCDS/Crato) e que tratava da possibilidade de ser conjugada, por parte do DER, uma ciclovia no trecho, em execução, da CE que ligava Missão Velha a Juazeiro do Norte. Neste particular, pedia a contribuição do Secretário Germano no sentido de fazer contato com o DER para viabilizar a ida do conselheiro àquele órgão para tratar do assunto. O **Secretário Germano**, então, propôs fosse o contato estabelecido diretamente entre o Secretário Jesualdo e o Secretário Lúcio, da Seinfra, ao qual o DER estava subordinado, sugestão acatada de imediato. Por último, informou ter o Comitê procedido a um balanço do seu Plano de Ação, a partir do qual foram atualizadas todas as ações nele contidas, informando as que haviam sido concluídas, as que se encontravam em curso e as propostas para serem iniciadas em 2018. À indagação feita pela conselheira **Gorete Fernandes** (Conam) sobre a viabilidade da integração do metrô com os terminais de ônibus, o Dr **Cyro** respondeu que todos os projetos resultantes do estudo da integração do transporte público na Região Metropolitana de Fortaleza estavam prontos, dependendo, tão somente, de condição oportuna para serem executados. Acrescentou, ainda, que a posição do Metrofor era de que até dezembro de 2017 a Linha Sul teria seu horário de operação estendido e a sua integração com todos os ônibus urbanos e os ônibus da região metropolitana iniciada, informação, esta, corroborada pelo **Secretário Germano**, que disse estar a SCidades, inclusive, celebrando dois convênios com os topiqueiros, através das federações Fecauce e Fecoopace, para que participassem da referida integração. Concluído mais esse ponto de pauta, **Isaura Garcia** comunicou aos presentes que durante as reuniões dos Comitês recebera um e-mail do Iplanfor, dando conta da impossibilidade da Sra. Cláudia Leitão, que faria a segunda apresentação da tarde, em comparecer à reunião, por questões de saúde, e solicitando outra oportunidade para uma exposição casada sobre o "Observatório de Fortaleza" e o "Projeto Distrito Criativo Iracema". Sobre a solicitação feita, foi esclarecido que seria apreciada na próxima reunião da Coordenação Executiva do ConCidades, que era quem analisaria as demandas e definiria os pontos de pauta para a próxima reunião. Em seguida, **Francisco Lopes** acrescentou que na parte da tarde, após a apresentação sobre o PDUI, a Sexec/ConCidades apresentaria uma retrospectiva do ConCidades demandada pelos conselheiros na última reunião. Na sequência, abriu-se o intervalo para almoço, após o qual a reunião foi retomada, sob a presidência do Secretário das Cidades e Presidente do ConCidades, **Jesualdo Pereira Farias**, que após cumprimentar os presentes e tendo em vista a subsequente

apresentação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) que seria feita pela Sra. **Flávia Pinto**, Coordenadora de Desenvolvimento Urbano (Codur) da SCidades, fez uma breve introdução ao tema, iniciando pela Lei Nº13.089, do Estatuto da Metrópole (EM), criada para estruturar todas as regiões metropolitanas brasileiras, estabelecendo um prazo de três anos para a adequação destas àquela Lei. Um aspecto novo introduzido pelo EM, continuou, foi a "*governança interfederativa*", sustentada em quatro pilares que deveriam coexistir e sem qualquer dos quais a RM não seria reconhecida. Discorrendo rapidamente sobre essa estrutura básica, o **Secretário Jesualdo** destacou o da "*instância colegiada deliberativa*" que exige a representação da Sociedade Civil no conselho deliberativo. Em seguida, passou a apresentar um breve panorama da situação atual, em relação às RM do Ceará. Relativamente à de Sobral (RMS), disse que, a quando do conceito inicial de RM, coincidentemente havia recursos de um financiamento com o BID para o desenvolvimento da Região Norte, os quais foram alocados para adequar a RMS a uma governança mínima que pudesse ali funcionar, o que se encontrava bem encaminhado em termos de recursos. Quanto às RM do Cariri (RMC) e de Fortaleza (RMF), prosseguiu, o governador havia aprovado em fevereiro um Mapp específico para a constituição de uma equipe técnica, na Secretaria das Cidades, que tocaria o projeto de definição de governança interfederativa. Esclareceu que referida equipe ainda estava sendo estruturada e pertencia à Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, coordenada por **Flávia Pinto**. Disse, ainda, que no prazo de três anos, contados a partir da Lei do Estatuto da Metrópole para as RM já existentes à época e contados a partir da instituição da RM para as criadas depois da referida Lei, as mesmas deveriam apresentar os seus respectivos PDUI, versando sobre as Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) em cada região, com o acompanhamento do Ministério Público, e assegurada, no processo de sua elaboração, a realização de Audiências Públicas em cada um dos municípios nelas compreendidos. Finalmente, mencionou o Seminário de Desenvolvimento da RMC, realizado no 1º semestre, no Crato/Ce, como um evento importantíssimo que contou com a participação de mais de quinhentas pessoas, inclusive representantes do Banco Mundial, o qual foi palco de um grande debate sobre o PDUI daquela região metropolitana e da importância de se adequar a legislação antiga à nova. Em seguida, passou a palavra a Sra. **Flávia Pinto** para iniciar a apresentação sobre o PDUI, esclarecendo que seriam abordadas basicamente as questões conceituais, após o que seria aberto o espaço para discussão. Colocou, ainda, que na instância deliberativa seria pleiteada a inclusão de um representante do ConCidades, para que este pudesse, também ali, exercer o seu importante papel. Relativamente à questão orçamentária, esclareceu estar prevista uma reunião com o governador no dia 27 de novembro, com a participação das secretarias do Planejamento, das Cidades e da Fazenda, para alinhar entendimentos e definir de onde viriam os recursos necessários para iniciar aquele processo, os quais seriam destinados ao Sistema Integrado de Alocação de Recursos e de Prestação de Contas, sob a governança da Fazenda Estadual. Ressaltou, ainda, que a Secretaria das Cidades constituiria o terceiro pilar da governança interfederativa e que isto ensejaria a criação de um ente para poder realizar o que fosse da competência da SCidades, esclarecendo que na Codur ficaria a equipe técnica responsável pelos encaminhamentos que viriam da instancia deliberativa. Na sequência, a Sra. **Flávia Pinto** passou a apresentar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, iniciando pelo marco legal, com destaque para o Estatuto da Metrópole e suas diretrizes e enfatizando o importante papel que a governança interfederativa exerceria nesse contexto, tendo como sua base de sustentação a Instância Executiva, a Instância Colegiada Deliberativa, a Organização Pública e o Sistema Integrado de Alocação de Recursos e Prestação de Contas. Após esclarecer que os PDUI considerariam os Planos Diretores Participativos (PDP) existentes e que os futuros PDP deveriam se adequar ao PDUI, Flávia apresentou qual seria o conteúdo mínimo do PDUI, ressaltando que o mesmo seria elaborado no âmbito da estrutura da governança interfederativa e que deveria ser aprovado pela instância colegiada deliberativa antes de ser enviado à

Assembléia Legislativa do Estado. Relativamente ao prazo de Janeiro de 2018, para apresentação do PDUI da RMC e RMF devidamente elaborados, Flávia disse que a expectativa era de que fosse prorrogado, em razão de, no Brasil, não haver, ainda, qualquer PDUI concluído e aprovado. Quanto à RMS, como sua criação se deu em 2016, o prazo para elaboração de seu PDUI seria até 2019. Em seguida, apresentou as três RM existentes no Ceará e disse que a relação integrada entre os municípios compreendidos em cada uma delas constituía o grande desafio, fundamental para o sucesso das diretrizes estabelecidas no PDUI. Na sequência, o **Secretário Jesualdo** usou da palavra para pontuar que uma grande dificuldade enfrentada era a de o Prefeito Municipal reconhecer a importância daquele trabalho, razão porque seria importante o governador conversar com os prefeitos e pedir o envolvimento direto deles naquele processo. Aberta a discussão, manifestou-se primeiramente o conselheiro **Ricardo Pinho** para, entre outras preocupações relacionadas à mobilidade urbana na região Crato/Juazeiro/Barbalha/Missão Velha e à descontinuidade no funcionamento do ConCidade/Juazeiro, colocar, enfaticamente, que os prefeitos, principalmente os das regiões metropolitanas, deveriam também atentar para a importância do Conselho Municipal da Cidade, de vez que a participação do conselheiro na dinâmica de construção do PDUI, bem como nas estratégias de desenvolvimento das regiões metropolitanas seria relevante. Em seguida, manifestou-se a conselheira **Firmiana Fonseca** para, em relação ao Termo de Referência-TR do PDUI, perguntar se já havia sido concluído e se a ele poderiam ter acesso. Quanto às duas grandes avenidas da rodovia Crato/Juazeiro/Barbalha, colocou, com muita ênfase, que precisavam ter um enfoque significativo em relação às calçadas, inexistentes até então, e que os municípios daquela região, em seus Planos Diretores, deveriam trazer esse destaque. Também manifestou preocupação com o não funcionamento do ConCidade/Crato, outrora criado. Por fim, manifestou seu interesse, bem como do conselheiro Ricardo, ambos daquela região, em participar do processo de construção do PDUI, contribuindo, com seus olhares, para que aquele Plano saísse com uma forma mais regional. Em relação às colocações da conselheira, o **Secretário Jesualdo** respondeu que o PDUI só viria para Fortaleza depois de realizadas as audiências públicas nos nove municípios da RMC e após passar pela Instância Deliberativa. Ainda assim, acrescentou, continuaria passível de alteração se porventura constatado não condizer o seu conteúdo com o Cariri. Relativamente ao TR, **Flávia Pinto** informou ainda encontrar-se em fase de elaboração, mas que todas as temáticas trazidas pela conselheira estavam relacionadas à FPIC, contudo, esclareceu que, num primeiro momento, por não haver como contemplar todas elas, seria orientada uma escala de priorização das mesmas para eleger as que comporiam inicialmente o PDUI, lembrando que este seria revisado a cada dez anos, conforme determinado no Estatuto da Metrópole. Na sequência, manifestou-se a conselheira **Ana Valéria Oliveira** (Faceds/Aracati) para reiterar uma preocupação sua manifestada anteriormente, relacionada à questão do transporte na região do Baixo Jaguaribe, que contempla municípios turísticos como Fortim, Aracati e Icapuí, mas onde sequer existe um conselho tarifário, onde o trecho da BR ali compreendido continua às escuras, sem sinalização e sem acostamento para acesso às praias. Dessa forma, clamava à equipe responsável pelo PDUI que dirigisse seu olhar também para aquela região, em defesa da sua população e do seu desenvolvimento econômico. Por fim, a conselheira **Gorete Fernanades** usou da palavra para manifestar sua satisfação com o fato de, por meio do Estatuto da Metrópole, se estar discutindo uma política integrada, dentro de cada área metropolitana, aproveitando, ainda, para externar seu interesse em participar daquele processo e neste particular, sugeriu que, a exemplo do ConCidades/Ce, que contempla, em si, uma diversidade de representações da Sociedade Civil, a Instância Colegiada Deliberativa adotasse, se possível, esse mesmo formato. Em seguida, o **Secretário Jesualdo** esclareceu que a pleiteada representatividade do ConCidades/CE na Instância Colegiada seria de um conselheiro para cada Região Metropolitana, com seu respectivo suplente, e que certamente haveria outros representantes, como, por exemplo, do

Comitê de Bacias. Relativamente às preocupações colocadas pela conselheira **Ana Valéria**, disse que, no caso do Baixo Jaguaribe, não era RM, mas constituía um consórcio, apoiado pela Secretaria das Cidades, entre os municípios de Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí, cujos respectivos prefeitos perceberam ter coisas em comum: à exceção de Aquiraz, todos pertenciam ao Litoral Leste e tinham sua economia basicamente forjada na questão do turismo. A partir disso, continuou, resolveram se consorciar, como um ente jurídico, para partilhar recursos e discutir políticas e ações públicas de interesse comum para aqueles municípios. Dessa forma, finalizou, acreditava que aquele consórcio traria benefícios para os municípios de Icapuí, Aracati e Fortim, nos aspectos pertinentemente colocados pela conselheira Ana Valéria. Em seguida, sobre a questão do bilhete único metropolitano, colocada pela conselheira **Firmiana Fonseca**, o Secretário Jesualdo solicitou a Francisco Lopes (Sexec/ConCidades) que fosse convidado o Detran, na pessoa do Sr. Igor Ponte ou do Sr. Daniel, para fazer uma apresentação sobre o tema na próxima reunião do Conselho. Acrescentou, também, que a questão do impacto do subsídio para promover a integração já estava sendo estudada pelo governo. Respondidas todas as questões colocadas pelos participantes, a apresentação do PDUI foi concluída, tendo sido informado aos conselheiros que a mesma seria disponibilizada posteriormente no espaço ConCidades, do site da Secretaria. Antes de avançar ao próximo tópico, o conselheiro **Ricardo Pinho** pediu a palavra para falar ao Secretário Jesualdo sobre uma obra inacabada em Juazeiro, mais precisamente na estrada que ligava a Vila Carité, na sede do município, à Vila São Gonçalo, no distrito de Marrocos. Após contextualizar o Secretário sobre toda a situação, Ricardo informou que a obra já estava parada há cinco meses e que era grande a frustração e preocupação da população, vendo a quadra chuvosa chegar sem que a obra fosse finalizada. Nesse sentido, solicitava ao Secretário que empreendesse esforços junto ao gestor municipal, no sentido de que fosse retomada e finalizada aquela obra o quanto antes. Ato contínuo, o **Secretário Jesualdo** entrou em contato com o Secretário Adjunto da Casa Civil, Quintino Vieira, para falar daquela problemática, após o que esclareceu ao conselheiro Ricardo e demais participantes que tratava-se de verba oriunda do Ministério da Integração, via agente financeiro Caixa Econômica Federal, responsável pelo pagamento da obra. Assim, acrescentou, havia sido dado um prazo à Caixa para honrar aquele compromisso, findo o qual o Governo do Estado entraria firme para resolver aquela situação, caso a Caixa não honrasse o compromisso assumido. Na sequência, **Francisco Lopes** deu início à apresentação da retrospectiva 2016-2017 do ConCidades/CE, relativamente à atuação do Conselho naquele período, ao final da qual foi apresentada a proposta de calendário do Conselho para o ano de 2018. Após alguns ajustes solicitados pelos conselheiros, foi aprovado, por unanimidade, o seguinte calendário de reuniões para 2018: 1ª reunião – 23 de fevereiro; 2ª reunião – 20 de abril; 3ª reunião – 15 de junho; 4ª reunião – 17 de agosto – 5ª reunião – 19 de outubro; e 6ª reunião – 07 de dezembro. Relativamente à capacitação proposta pelo CSAS, o conselheiro **José da Silva** (Fesec/Sobral) sugeriu que acontecesse atrelada à reunião ordinária prevista para abril/2018, sugestão acatada por unanimidade. Os pontos de pauta sugeridos para as próximas reuniões foram: Apresentação sobre ações em andamento, com foco nos Planos Regionalizados de Resíduos e no Diagnóstico das atividades de uso de Agrotóxicos (Sema); Apresentação sobre o Bilhete Único Metropolitano (Detran); e Apresentação sobre o Observatório Fortaleza e Distrito Criativo Iracema (PMF/Iplanfor). E como nada mais houvesse a ser tratado, o Secretário Jesualdo Farias deu por encerrada a 31ª Reunião Ordinária do ConCidades/CE, ficando a próxima reunião indicada para acontecer no dia 23 de fevereiro de 2018, conforme calendário aprovado.

Jesualdo Pereira Farias
Secretário das Cidades
Presidente do ConCidades/CE

no valor de R$ 974,41 (novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), totalizando R$ 2.166,04 (dois mil, cento e sessenta e seis reais e quatro centavos) de acordo com o artigo 1º; alínea □b□, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 8º, art. 10 e art. 11 classe I do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta de dotação orçamentária da Secretaria das Cidades. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 12 de dezembro de 2017.

Germano Rocha Fonteles
SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES

Registre-se e publique-se.

*** *** ***

PORTARIA Nº401/2017 - O SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº 083/2017 (publicada no DOE de 05 de abril de 2017), o art. 82, inciso XIV, da Lei Estadual nº 13.875, de 07/02/2007, considerando o disposto no art. 8º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, Lei Estadual nº 12.509, de 06/12/1995, e o art. 29 e seguintes da Instrução Normativa Conj unta SECON/SEFAZ/SEPLAN nº 01, de 27/01/2005, RESOLVE: Art. 1º - Instaurar Tomada de Contas Especial para fins de apuração de possíveis irregularidades na execução do CONVÊNIO Nº 182/CIDADES/2014, firmado entre o Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria das Cidades, e o MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE. Art. 2º - A Comissão Tomadora de Contas Especial Permanente designada através da Portaria nº 196/2017 ficará, desde logo, autorizada a emitir notificações e tomar depoimentos, se for o caso, bem como praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições. Art. 3º - Fica estabelecido o **prazo** de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser **prorrogado** a critério da Secretaria das Cidades. Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 12 de dezembro de 2017.

Germano Rocha Fonteles
SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES

Registre-se e publique-se.

*** *** ***

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº129/CIDADES/2014

ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 129/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE ABAIARA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo nº 8022659/2017, com fundamento no art. 22, § 1º da Lei Complementar nº 119, de 28 de novembro de 2012, nos arts. 45, 46, 48 e 49, do Decreto Estadual nº 31.406, de 29 de j aneiro de 2014. OBJETO: O**prazo** de vigência do Termo de Aj uste Nº 129/ CIDADES/2014, fica **prorrogado** por mais 09 (nove) meses, a partir da data da assinatura do presente Termo Aditivo. VIGÊNCIA: 23 de agosto de 2018. DATA DA ASSINATURA: 23 de novembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e Afonso Tavares Leite, PREFEITO DE ABAIARA. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 11 de dezembro de 2017.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº004/ CIDADES/2013

CONTRATANTE: A SECRETARIA DAS CIDADES. CONTRATADO: MPRESA GAIA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. OBJETO: O presente Termo tem por obj eto a Rescisão do Contrato nº 004/CIDADES/2013, celebrado entre a Secretaria das Cidades e a empresa Gaia Engenharia Ambiental Ltda, publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de março de 2013, cuj o obj eto era contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na área social visando a execução do proj eto de trabalho técnico social do proj eto Rio Maranguapinho nos conj untos residenciais Miguel Arraes e Raquel de Queiroz no Estado do Ceará. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo Administrativo VIPROC nº 7984600/2017, na Cláusula Décima Quarta do Contrato nº 004/CIDADES/2013 e com fundamento no art. 78, inciso XVII c/c art. 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de j unho de 1993. DATA DA ASSINATURA: 08 de dezembro de 2017. FORO: Comarca de Fortaleza. SIGNATÁRIO: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES. SECRETÁRIA DAS CIDADES, 11 de dezembro de 2017.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

Registre-se e Publique-se.

*** *** ***

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº130/CIDADES/2014

ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº130/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE CARIRÉ. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo nº 7160586/2017 com fundamento na Lei Complementar nº 119 de 28 de dezembro de 2012 e no Decreto nº 31.406, de 29 de j aneiro de 2014. OBJETO: O**prazo** de vigência do Termo de Aj uste nº 130/CIDADES/2014, fica**prorrogado** por mais 10 (dez) meses a partir da data da assinatura deste Termo Aditivo. DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Termo original, não alteradas por este Instrumento. DATA DA ASSINATURA: 01 de dezembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e Elmo Roberto Belchior Aguiar, PREFEITO DE CARIRÉ. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 12 de dezembro de 2017.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº137/CIDADES/2014

ESPÉCIE: SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 137/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE ABAIARA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo 8022446/2017, com fundamento na Lei Complementar Nº 119 de 28 de dezembro de 2012, e suas alterações e no Decreto nº 31.406, de 29 de Janeiro de 2014. OBJETO: O **prazo** de vigência do Termo de Aj uste supracitado, fica **prorrogado** por mais 11 (onze) meses a partir da data da assinatura do presente Termo Aditivo. VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2018. DATA DA ASSINATURA: 01 de dezembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e Afonso Tavares Leite, PREFEITO DE ABAIARA. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 11 de dezembro de 2017.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº088/CIDADES/2014

ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 088/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE PEREIRO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo nº 7338415/2017, com fundamento no art. 22, § 1º da Lei Complementar nº 119, de 28 de novembro de 2012 e suas alterações, no art. 45, parágrafo único, art. 46, parágrafo único e art. 50 do Decreto Estadual nº 31.406, de 29 de j aneiro de 2014. OBJETO: O **prazo** de vigência do Termo de Aj uste supracitado, fica **prorrogado** por mais 10 (dez) meses, a partir da data da assinatura deste Termo Aditivo. VIGÊNCIA: 24 de setembro de 2018. DATA DA ASSINATURA: 24 de novembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e Raimundo Estevam Neto, PREFEITO DE PEREIRO. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 11 de dezembro de 2017.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº07, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Recomenda que sej a solicitado ao Ministério das Cidades avaliar a possibilidade de lançar nova etapa, a terceira, do Proj eto Sub-50, pertinente ao Programa de Produção Habitacional do governo do Estado do Ceará, destinado a cidades com menos de 50 mil habitantes. O CONSELHO DAS CIDADES DO CEARÁ □ CONCIDADES/CE, no uso das suas atribuições estabelecidas pela Lei nº 14.558, de 21 de dezembro de 2009, e considerando que o art. 3º, incisos I, II, da Lei nº 14.558/2009, estabelece as competências do ConCidades/CE, dentre elas, propor programas, instrumentos, normas e prioridades da política estadual de desenvolvimento urbano e integração regional, bem como, fortalecer, monitorar, acompanhar e avaliar a execução e a gestão da política estadual de desenvolvimento urbano e integração regional e de seus respectivos planos, programas, proj etos e ações; considerando que o art. 3º, incisos III, IV, da Lei nº 14.558/2009, estabelece como competência do ConCidades/CE, proporcionar cooperação entre os governos da União, do Estado e dos Municípios e a Sociedade Civil na formulação e execução da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional, bem como, recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus obj etivos com eficácia e efetividade; considerando que o art. 3º, inciso X, da Lei nº 14.558/2009, estabelece como competência do ConCidades/CE, emitir resoluções, orientações e recomendações referentes à aplicação da legislação e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano e a integração regional; considerando as limitações dos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação diante da crescente demanda por unidades habitacionais no Estado do Ceará, especialmente em municípios com menos de 50 mil habitantes, adota, mediante votação, e seu Presidente torna pública, a seguinte Resolução de Plenário: RESOLVE: Art. 1º Recomendar à Secretaria das Cidades que encaminhe oficio ao Ministério das Cidades, solicitando-lhe avaliar a possibilidade de lançar a 3ª Etapa do Proj eto Sub-50, referente ao Programa de Produção Habitacional do Estado do Ceará, destinado aos municípios com menos de 50 mil habitantes; Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 07 de dezembro de 2017.

Jesualdo Pereira Farias
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES

*** *** ***

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

PARTÍCIPES: O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DAS CIDADES e a EMPRESA SETEC HIDROBRASILEIRA Obras e Proj etos Ltda. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC®C126031

fomento à transparência e controle social, voltadas ao público acadêmico e sociedade civil, em especial, pelo intermédio das seguintes atividades: Promoção do intercâmbio de experiências e conhecimentos técnicos e científicos entre a CGE e a Comunidade Universitária/Acadêmica; Desenvolvimento de mecanismos que visem à conscientização da Comunidade Universitário/Acadêmica e da sociedade civil, para o exercício do controle social das contas públicas, evidenciando o papel da CGE e sua relação com os direitos e os deveres dos cidadãos. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: no art. 116 da Lei no 8.666/1993 e suas alterações VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por assentimento das partes, mediante termo aditivo FORO: Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza DATA DA ASSINATURA: 06 de dezembro de 2017 SIGNATÁRIOS : JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO e ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA SECRETARIA DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO , em Fortaleza, aos 07 de dezembro de 2017.

Lara de Olivieira Osório Ayres
COORDENADORA DA ASJUR

*** *** ***

PORTARIA Nº257/2017 - O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do art. 123, da citada Lei, a entrega mediante SUPRIMENTO DE FUNDOS, ao servidor Carlos Eduardo Araújo da Silva, que exerce a função de Orientador de Célula Grupo Ocupacional DNS-3 matrícula nº 3000931-2, lotado nesta Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, a importância de R$ 1.000,00 (Hum mil reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº 672 e 673. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 07 de dezembro de 2017.

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Registre-se e publique-se.

SECRETARIAS E VINCULADAS

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº1659/2017 - O PROCURADOR JURIDICO, RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ □ ADAGRI, no uso de suas atribuições, RESOLVE CONCEDER VALE-TRANSPORTE, nos termos do § 3º do art. 6º do Decreto nº 23.673, de 3 de maio de 1995, aos servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria, durante o mês Janeiro/2018. AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 06 de dezembro de 2017.

Gustavo de Alencar e Vicentino
PRESIDENTE, RESPONDENDO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº1659/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nº	NOME	CARGO	MATRICULA	TIPO	QTDE TOTAL
01	DAVID CALDAS VASCONCELOS	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01694502	M	44
02	MANOEL ENEAS DE CARVALHO GONÇALVES	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	199850 1 6	A e J	88

Registre-se e publique-se.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC®C126031

SECRETARIA DAS CIDADES

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 038/CIDADES/2017

CONTRATANTE: A SECRETARIA DAS CIDADES □ CIDADES. CONTRATADA: EMPRESA DATERRA CONTRUÇÕES EIRELI-ME. OBJETO: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva das instalações físicas prediais e equipamentos públicos, com o fornecimento de mão de obra, materiais e peças de reposição, pelo Percentual de Desconto sobre a Tabela de Serviços e insumos da SEINFRA 24 ou 24.1, para atender às necessidades da SECRETARIA DAS CIDADES, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I □ Termo de Referência do edital de Pregão Presencial nº 20170003/DAE e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Presencial nº 20170003/DAE e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e Processo Administrativo nº 8461172/2017. FORO: Comarca de Fortaleza. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) pagos em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 43100001.15.122.500.22195.03.33903900.1.01.00.0.2 □ 20823. DATA DA ASSINATURA: 07 de dezembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES; Silvio Gentil Campos Junior, SUPERINTENDENTE DO DAE e Jaime Dean Sousa Alexandre, DATERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

Registre-se e publique-se.

*** *** ***

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº176/CIDADES/2014

I - ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 176/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE MARCO. II - OBJETO: O **prazo** de vigência do Convênio Nº 176/CIDADES/2014 fica **prorrogado** por mais 11 (onze) meses, a partir da data da assinatura do presente Termo Aditivo. III - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Convênio Original, não alteradas por este Termo. IV - DATA E ASSINANTES: 01 de Dezembro de 2017. Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e José Leorne Neto, PREFEITO DE MARCO EM EXERCÍCIO.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº08, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Recomenda à Secretaria das Cidades pactuar com as Prefeituras beneficiadas por proj etos habitacionais a continuidade do trabalho técnico social no período imediatamente posterior à entrega de cada empreendimento. O CONSELHO DAS CIDADES DO CEARÁ □ CONCIDADES/CE, no uso das suas atribuições estabelecidas pela Lei n° 14.558, de 21 de dezembro de 2009, e Considerando o processo de tomada de consciência dos beneficiários quanto aos direitos e deveres na sustentabilidade da nova moradia; Reconhecendo ainda a importância básica do trabalho social para o pleno sucesso dos proj etos habitacionais executados e entregues pela Secretaria das Cidades, adota, mediante votação, e seu Presidente torna pública, a seguinte Resolução de Plenário: Art. 1º Recomendar à Secretaria das Cidades que, doravante, formalize parceria com as prefeituras beneficiadas por proj etos habitacionais, no sentido de que sej a dada continuidade ao trabalho técnico social, em período imediatamente posterior à entrega de cada empreendimento, período de acompanhamento, este, não inferior a 90(noventa) dias. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Jesualdo Pereira Farias, SECRETÁRIO DAS CIDADES, PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 06 de dezembro de 2017.

Jesualdo Pereira Farias
SECRETÁRIO DAS CIDADES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES

*** *** ***

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº110/CIDADES/2014

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 110/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE MARCO. II - OBJETO: O **prazo** de vigência do Convênio Nº 110/CIDADES/2014 fica **prorrogado** por mais 10 (dez) meses, a partir da data da assinatura do presente Termo Aditivo. III - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Termo original, não alteradas por este Instrumento. IV - DATA E ASSINANTES: 27 de Novembro de 2017. Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e José Leorne Neto, PREFEITO DE MARCO EM EXERCÍCIO.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº140/CIDADES/2014

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 140/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE PENAFORTE. II - OBJETO: O **prazo** de vigência do Convênio nº 140/CIDADES/2014, fica **prorrogado** por mais 10 (dez) meses, a partir da data da assinatura do presente Termo Aditivo. III - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Convênio Original, não alteradas por este Termo. IV - DATA E ASSINANTES: 22 DE Novembro de 2017. Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e Francisco Agabio Sampaio Gondim.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº002/CIDADES/2014

ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 002/CIDADES/2014, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE BREJO SANTO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo nº 7550503/2017, com fundamento na Lei Complementar nº 119, de 28 de novembro de 2012 e no Decreto Estadual nº 31.406, de 29 de janeiro de 2014. OBJETO: O **prazo** de vigência do presente Termo de Ajuste fi**prorrogado**, por mais 09 (nove) meses, a partir da data da assinatura deste Termo Aditivo. DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Termo de Ajuste Original, não alteradas por este Termo. DATA DA ASSINATURA: 29 de Novembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e Teresa Maria Landim Tavares, PREFEITA DE BREJO SANTO. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 05 de dezembro de 2017.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

*** *** ***

RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº09, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Recomenda que a comprovada existência e funcionamento dos Conselhos Municipais das Cidades constituam pré-requisito para a participação de seus respectivos Municípios em projetos específicos da Secretaria das Cidades. O CONSELHO DAS CIDADES DO CEARÁ CONCIDADES/CE, no uso das suas atribuições estabelecidas pela Lei nº 14.558, de 21 de dezembro de 2009, e considerando a importância de garantir a participação da população local no processo de elaboração, execução e acompanhamento dos Projetos Especiais da Secretaria das Cidades para fortalecer a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; considerando que o art. 3º, incisos I, III e X, da Lei nº 14.558/2009, estabelece as competências do ConCidades/CE, dentre elas, propor programas, instrumentos, normas e prioridades da política estadual de desenvolvimento urbano e integração regional, bem como, recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos com eficácia, eefetividade e emitir resoluções, orientações e recomendações referentes à aplicação da legislação e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano e à integração regional; e considerando que o art. 3º, incisos V e VI, estabelece como competência do ConCidades/CE fomentar e incentivar a criação dos Conselhos Municipais das Cidades, bem como apoiar e fortalecê-los, estimulando a articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, RESOLVE: Art. 1º Recomendar à Secretaria das Cidades que a comprovada existência e funcionamento dos Conselhos Municipais das Cidades, constituídos de acordo com as normas do Conselho Nacional das Cidades, seja pré-requisito para a participação dos Municípios, como beneficiários, em seus Projetos Especiais. Parágrafo único. A comprovação da existência e do funcionamento dos Conselhos Municipais das Cidades dar-se-á mediante a apresentação das cópias dos seguintes documentos, sem exceção: a) Lei de Criação; b) Regimento Interno; c) Ata da reunião que aprovou o Regimento Interno; e d) Ata da última reunião realizada pelo Conselho. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 07 de dezembro de 2017.

Jesualdo Pereira Farias
SECRETÁRIO DAS CIDADES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES

*** *** ***

TERMO DE AJUSTE Nº006/CIDADES/2017

TRANSFERIDOR: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DAS CIDADES. BENEFICIÁRIO: O MUNICÍPIO DE PIRES FERREIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: As normas contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Ceará, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 e suas alterações, na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28/12/2012, e suas alterações, no Decreto Estadual nº 31.406, de 29/01/2014 e suas alterações, no Decreto Estadual nº 31.621, de 07/11/2014, na Lei Estadual nº 16.084, de 27/07/2016, bem como em outros instrumentos legais pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:bem como na Portaria da CGE nº 011/2015 e Processos Administrativos nº 4262940/2014; 1233063/2015. OBJETO: Pavimentação em Pedra Tosca na localidade de Barros no município de Pires Ferreira/CE. FORO: Comarca de Fortaleza. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento. VALOR: R$ 528.024,45 (quinhentos e vinte e oito mil, vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos) correrão à conta do CONCEDENTE e do CONVENENTE, conforme abaixo discriminados: 1) Recursos do CONCEDENTE: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) à conta de dotação aprovada pela Lei Estadual n.º 16.084, de 27 de julho de 2016. 2) Recursos do CONVENENTE: R$ 28.024,45 (vinte e oito mil, vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos) na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de contrapartida, em recursos financeiros. DOTAÇÃO: 43100001.15.451.010.18322.11.44404200.1.00.00.0.40; 43100001.15.451.0 10.18322.11.44404200.1.01.00.0.40 e 43100001.15.451.010.18322.11.4440 4200.3.00.00.0.40. DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Germano Rocha Fonteles, SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES e Maria Marfisa Marques Aguiar, PREFEITA DE PIRES FERREIRA. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 06 de dezembro de 2017.

Liano Levy Almir Gonçalves Vieira
COORDENADOR JURÍDICO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

DESPACHO: Processo nº 8482587/2017-VIPROC - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001-2016 OBJETO:Credenciamento de Empresas, cujo objeto social tem por finalidade exclusiva a comercialização de veículos automotores, venda, revenda e atividades afins, junto ao DETRAN/CE para operacionalizar junto as Bases de Dados de Veículos do DETRAN/CE as inserção ou baixa dos gravames via Sistema Nacional de Gravames, específico para Reserva de Domínio. PARECER SOBRE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO. Após a análise da solicitação de credenciamento e respectivos documentos da empresa INDUSTRIA DE CARROCERIAS METÁLICAS IBIPORÃ LTDA, CNPJ. : 85.462.471/0001-74, participante deste processo, DECLARAMOS que a mesma satisfaz as exigências estabelecidas no edital, e estando portanto APTA para o Credenciamento. Fortaleza, 01 de dezembro de 2017. Comissão designada através da Portaria nº 1068/2017 PUBLICADA NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO EM 26/09/2017 Pág. 15. Fortaleza, 01 de Dezembro de 2017. Berenice Camurça Paixão Rocha - Matrícula 720-1-X. Antônio Policarpo de Alcântara- Matrícula 250-11. Ângela Lúcia Cunha Mendonça- Matricula 421-1-0. HOMOLOGAÇÃO DO PARECER Considerando a decisão da Comissão (nomeada através da Portaria nº 1068/2017-DETRAN/CE), com referência a solicitação de credenciamento de que trata este processo, e considerando o disposto na Lei Federal 8666/93 e o mais que consta dos autos, resolvo HOMOLOGAR o referido parecer de CREDENCIAMENTO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do Edital e da Lei, confirmando portanto como CREDENCIADA a empresa supracitada. Encaminhe-se o presente processo a Procuradoria Jurídica do DETRAN para as devidas providências. Fortaleza, 01 de Dezembro de 2017 Igor Vasconcelos Ponte - SUPERINTENDENTE DO DETRAN-CE.

Daniel Sousa Paiva
PROCURADOR JURÍDICO

*** *** ***

DESPACHO: Processo nº 8564540/2017- TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 0002-2015 OBJETO: Credenciamento de Despachantes documentalistas, como pessoa física e/ou jurídica, para atuarem junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Ceará - DETRAN/CE, na entrega e recebimento de documentos referentes a registro, licenciamento, transferência, alteração de dados ou mudança de características de veículos automotores, regularização de pendência financeira, vistoria veicular pelo DETRAN/CE, a fim de viabilização desses processos aos usuários que optarem pelos serviço de despachantes. PARECER SOBRE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Processo Nº 8564540/2017 (Referente ao Anexo IV do Edital de Credenciamento) Após a análise da solicitação de credenciamento e respectivos documentos do solicitante FRANCISCO CASTRO RODRIGUES, portador de CPF.: 039.028.283.90, participante deste processo, DECLARAMOS que o mesmo satisfaz as exigências estabelecidas no edital, e estando portanto, APTO para o credenciamento. Fortaleza, 05 de Dezembro de 2017. Comissão designada através da Portaria nº 1069/2016 PUBLICADA NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ Berenice Camurça Paixão Rocha- Matrícula 720-1-X Antônio Policarpo de Alcântara- Matrícula 250-1-1. Ângela Lúcia Cunha Mendonça- Matricula 421-1-0. HOMOLOGAÇÃO DO PARECER. Considerando a decisão da Comissão (nomeada através da Portaria nº 1069/2017-DETRAN), com referência a solicitação de credenciamento de que trata este processo, e considerando o disposto na Lei Federal 8666/93 e o mais que consta dos autos, resolvo HOMOLOGAR o resultado do referido CREDENCIAMENTO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do Edital e da Lei, confirmando portanto, como CREDENCIADO o solicitante supracitado. Encaminhe-se o presente processo a Procuradoria Jurídica do DETRAN para as devidas providências. Fortaleza, 05 de Dezembro de 2017. Igor Vasconcelos Ponte - SUPERINTENDENTE DO DETRAN-CE.

Daniel Sousa Paiva
PROCURADOR JURÍDICO

*** *** ***